

## Quem disse ?

«Não há simetria possível entre "socialismo democrático" e "capitalismo democrático". Se o primeiro é urgente num mundo em que a exclusão, o desemprego e a miséria crescem, mesmo no interior das sociedades mais ricas, o segundo é uma contradição nos termos.»

**Helena Roseta**

Visão, 15 de Outubro

ÓRGÃO OFICIAL DO PARTIDO SOCIALISTA

Nº992 22 OUTUBRO 1998 100\$ - 0,5 €



Director Fernando de Sousa

Internet: <http://www.partido-socialista.pt/partido/imprensa/as/> E-mail: [Accao.Socialista@partido-socialista.pt](mailto:Accao.Socialista@partido-socialista.pt)



## Governo desmente Cavaco

### Regionalização com custos inferiores a 12 milhões

O alto-comissário para a Regionalização, Eduardo Cabrita, lançou terça-feira mais um livro — o segundo volume — sobre a criação das regiões administrativas, durante uma sessão que decorreu no Instituto Superior de Economia e Gestão, em Lisboa. O livro «Regionalização, Finanças Locais e Desenvolvimento» foi apresentado pelo docente do ISEG, Paulo Trigo Pereira, que o considerou como um dos mais interessantes trabalhos sobre a criação das regiões administrativas.

Na última semana, Eduardo Cabrita pormenorizou os custos inerentes a esta reforma administrativa, tendo assegurado que as despesas de funcionamento das novas autarquias regionais e dos novos governadores civis regionais «não ultrapassarão globalmente, a preços de 1999, os 11,8 milhões de contos dos actuais serviços do Estado. Isto é, os custos de funcionamento das regiões administrativas serão inferiores às actuais despesas dos governadores civis e das comissões de coordenação regional», afirmou o alto-comissário.

Eduardo Cabrita esclareceu, ainda, que os órgãos regionais serão apoiados por serviços e pessoal já existentes, que os membros das juntas regionais terão um estatuto remuneratório correspondente ao dos autarcas das câmaras municipais de Lisboa e do Porto e que a participação nas sessões das assembleias regionais apenas será paga por despesas de presença de montantes equivalentes aos actualmente praticados nas assembleias municipais.

«As despesas globais com a remuneração das oito juntas regionais e das oito assembleias regionais serão, a preços de 1998, de aproximadamente 412 mil contos anuais, aos quais importará acrescentar 62 mil contos destinados à remuneração de oito governadores civis», explicou o alto-comissário para a Regionalização.

A nova Lei Orgânica da Polícia de Segurança Pública (PSP) foi aprovada na generalidade na Assembleia da República, com os votos favoráveis da bancada socialista e a abstenção do PCP. PSD e PP estiveram contra. O diploma foi apresentado pelo ministro da Administração Interna, Jorge Coelho explicou que a proposta de lei do Governo devolve a matriz civilista, ou de polícia cívica, que marcou a criação da PSP. Lembrou, igualmente, que o Executivo socialista cumpriu todas as metas inseridas no seu programa eleitoral em matéria de Segurança Interna e que não possui quaisquer reservas à futura criação de sindicatos de polícia.

## MARCELO MENTIU

### FRANCISCO ASSIS SUGERE DEMISSÃO

O líder parlamentar do PS sugeriu ontem a demissão do presidente do PSD, ao invocar o exemplo de responsáveis partidários, de outros países, que foram forçados a abandonar os respectivos lugares por terem mentido perante comissões de inquérito. Esta sugestão surgiu na sequência de um pedido formulado por Francisco Assis a Almeida Santos, no sentido de que seja publicado com carácter de urgência, no Diário da Assembleia da República, tanto o teor da carta dirigida por Marcelo Rebelo de Sousa a Manuel dos Santos, presidente da Comissão de Inquérito às relações entre o Governo e os grupos económicos, como os documentos oficiais remetidos pela Comissão de Valores Mobiliários do Brasil.

É que, segundo Assis, da confrontação desse documentos, resulta a conclusão de que «o líder do PSD mentiu quando foi ouvido na comissão de inquérito, o que constitui uma grave ofensa ao Parlamento e projecta a imagem de alguém que recorre à manipulação mais primária para proteger afirmações caluniosas».



## Regionalizar é o futuro

Portugal só se poderá aproximar do nível e qualidade de vida dos países modernos do Centro da Europa se encetar um conjunto de reformas que permitam perspectivar um futuro. Essas transformações passam pela educação e formação profissional, pela criação de mais e melhor emprego e, sobretudo, por uma profunda reforma da organização do Estado que permita colmatar a crescente fractura que divide o País em litoral e interior.

A excessiva litoralização que se tem acentuado nas últimas décadas, tem levado a uma gradual, mas permanente, desertificação económica, social e cultural do interior com todas as consequências que daí advêm.

Portugal tem que ser um todo, um país uno e equilibradamente desenvolvido. Não podemos continuar a permitir que por meros caprichos de alguns líderes partidários, Portugal veja constantemente adiada uma reforma que, está provada em toda a Europa ter dado os seus frutos. A regionalização é, independentemente das querelas metodológicas/fronteiriças, a reforma que poderá fazer Portugal ultrapassar o atraso em que cinquenta anos de ditadura nos mergulhou.

Temos sido capazes de ultrapassar os maiores desafios, superar-nos a nós próprios para vencermos importantes batalhas, vivemos num país que é, hoje, olhado pelo mundo com respeito e admiração, estamos no centro do processo da construção europeia, temos uma política externa activa e influente, construímos uma economia sólida onde cada vez mais empresas portuguesas investem no mercado estrangeiro, por isso não podemos perder o comboio da modernidade e do desenvolvimento.

Portugal é cada vez mais um país moderno em que vale a pena apostar, mas para isso é preciso que se torne num país uno e equilibrado. É urgente que a sangria de trabalhadores e quadros que se tem verificado para as principais cidades do litoral seja estancado. Torna-se, por isso, necessário desenvolver o interior, criar atractivos e qualidade de vida para as populações se fixarem, para que o comércio e a economia floresçam.

A regionalização é a reforma capaz de equilibrar o País e potenciar uma mais-valia ao interior, fixar populações, desenvolver os recursos, aumentar a natalidade e reabrir as dezenas de escolas que todos os anos fecham por falta de alunos.

A criação das regiões administrativas que o Partido Socialista defende, como prioridade política e como um processo democrático de redistribuição territorial da iniciativa e da participação dos cidadãos, visa definitivamente a aproximação dos centros de decisão às populações de acordo com o princípio da subsidiariedade.



## GOVERNO AD NÃO DIGNIFICA O PARLAMENTO

A edição de 16 de Outubro de 1980 do «Acção Socialista» tinha como pano de fundo a recente vitória eleitoral da coligação conservadora e monárquica - AD.

Artigos dos camaradas Manuel Tito de Morais, Virgílio Rodrigues e Alfredo Barroso centravam-se na análise dos resultados eleitorais e das perspectivas da esquerda para se afirmar como alternativa à direita no poder.

O «Acção Socialista» dava ainda destaque a uma conferência de Imprensa em Belém do general Ramalho Eanes.

No encontro com os jornalistas, o então Presidente da República acusava a o Governo da AD de não dignificar o Parlamento, ao querer adiar o debate do seu programa na AR.

Nas páginas centrais, podia ler-se na íntegra uma entrevista concedida pelo camarada Mário Soares ao diário madrileno «El País».

Na entrevista, o camarada Mário Soares defendia que a dinâmica da FRS devia ser reforçada e a sua base social de apoio alargada, ao mesmo tempo que reafirmava não estar de acordo com «a asfixia e o desmantelamento do sector público da economia».

J. C. C. B.

16 de Outubro

Quem disse?

«Não é procurando diluir a nossa imagem, para se fazer acreditar que não somos exactamente aquilo que somos ou devíamos ser, que se ganham batalhas políticas. Não é procurando até, de maneira mais ou menos sub-reptícia, "mudar" o nosso nome ou esconder veladamente o nosso símbolo que afirmamos a nossa determinação de luta pelo socialismo democrático.»

Manuel Tito de Morais



## Belas-Artes Almeida Santos condecorado

O presidente da Assembleia da República e do PS, Almeida Santos, afirmou no dia 16 ter perdido a «última virgindade» ao receber as insígnias de Académico Honorário da Academia Nacional de Belas-Artes.

«Considero ter perdido a última virgindade», disse o camarada Almeida Santos, numa alusão ao facto de ter sempre recusado condecorações académicas.

## MODERP comemora 12 anos ao serviço dos reformados

O 12º e 6º aniversários, respectivamente, do MODERP e da ANAPP, duas organizações lideradas pelo camarada Manuel Jerónimo, que são a força dos reformados por mais e melhores regalias sociais, vão ser comemorados amanhã, dia 24, às 13 horas, no Páteo Alfacinha, em

Lisboa. São 12 anos de luta por melhores condições de vida para os reformados, são 12 anos de muito amor e carinho prestado diariamente por uma equipa de 27 voluntários e são ainda 12 anos de reivindicação junto dos diversos governos.

## Expo/Nobel: Portugal sob o olhar do mundo

Um Nobel da Literatura e a realização da última exposição mundial do fim do milénio, a Expo'98, deram este ano uma maior exposição externa a Portugal.

O escritor José Samarago alcançou, na passada semana, o primeiro Nobel português da Literatura.

Mas o País esteve em destaque ao longo dos últimos meses através de outros eventos como o Festival Mundial da Juventude e a I Conferência Mundial de Ministros Juventude. Na sua mensagem de ano novo, a 1 de Janeiro, o Presidente da República afirmou que 1998 seria um ano de projecção de Portugal no mundo.

Dois eventos contribuíram para que Jorge Sampaio previsse que o País atrairia mais atenções do que é normal: a Expo'98, que decorreu em Lisboa de 22 de Maio a 30 de Setembro, e a Cimeira Ibero-Americana, que se realizou no Porto no passado fim-de-semana.

Este foi também o ano em que a «cidade Invicta» foi escolhida para Capital Europeia da Cultura no ano 2001 e foi confirmada a entrada de Portugal na moeda única a partir do próximo ano.

O ex-Presidente da República Mário Soares foi escolhido para chefiar uma missão da ONU na Argélia, centrando as atenções internacionais tanto durante a visita como depois, pela controvérsia que o relatório da referida missão acabaria por suscitar.

Soares presidiu, igualmente, à Comissão Mundial Independente dos Oceanos, mandatado pelas Nações Unidas para avaliar a situação actual e perspectivar o futuro dos oceanos.

Portugal está actualmente no Conselho de Segurança da ONU e integra a *troika* que sob mandato das Nações Unidas tenta mediar o conflito em Angola. É também português o secretário-geral da União da Europa Ocidental.

## Marcelo presidente do IPE?

O deputado socialista Manuel dos Santos emitiu, no dia 9, um comunicado em que comentava a declaração à televisão proferida no dia anterior por Marcelo Rebelo de Sousa em que o líder laranja abandona a ideia de favorecimento do Governo ao Grupo Sonae, fixando-se «apenas» na eventual má gestão do IPE.

«Final o professor Marcelo Rebelo de

Sousa, líder do principal partido de oposição, não é verdadeiramente candidato alternativo a primeiro-ministro, satisfazendo-se naturalmente com a sua eventual nomeação para vice-presidente da Comissão Executiva do IPE, em substituição do seu colega de partido, Faria de Oliveira», lê-se no texto do comunicado assinado por Manuel dos Santos.

## Constituído Observatório da Criminalidade

Produzir um conjunto de estudos e reflexões sobre os crimes participados à GNR e PSP é um dos principais objectivos do Observatório da Criminalidade, que foi constituído, no dia 20, em Lisboa.

O Observatório da Criminalidade é criado no âmbito de um protocolo assinado entre a Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa e o Ministério da Administração Interna (MAI),

numa cerimónia presidida pelo ministro Jorge Coelho.

Este organismo é criado com o intuito de reforçar a segurança e tranquilidade da população, através de uma colaboração entre a Administração Interna, estudiosos e analistas.

Este projecto, no valor de cerca de 53 mil contos, tem a finalidade de empreender estudos sobre a «Análise Sistemática da Criminalidade Participada à PSP e GNR».

## UMA NOVA CULTURA DE CIVILIDADE NA PSP

**A nova Lei Orgânica da Polícia de Segurança Pública (PSP) foi aprovada na generalidade na Assembleia da República, com os votos favoráveis da bancada socialista e a abstenção do PCP. PSD e PP estiveram contra. O diploma foi apresentado pelo ministro da Administração Interna, Jorge Coelho explicou que a proposta de lei do Governo devolve a matriz civilista, ou de polícia cívica, que marcou a criação da PSP. Lembrou, igualmente, que o Executivo socialista cumpriu todas as metas inseridas no seu programa eleitoral em matéria de Segurança Interna e que não possui quaisquer reservas à futura criação de sindicatos de polícia.**

«H

á uma nova cultura de responsabilidade e de civilidade que se vai impondo progressivamente» na polícia, declarou Jorge Coelho, quando procedia no Parlamento à apresentação da nova Lei Orgânica da PSP e se referia a uma das maiores apostas do PS, em termos de programa de Governo, na área da Administração Interna. Aprofundando a explicação sobre as mudanças de ordem política colocadas em marcha no capítulo da segurança dos cidadãos, Jorge Coelho começou por sublinhar que nunca foram os socialistas que preconizaram «uma política fundamentalista e agressiva no plano da actividade policial». Ao contrário daquilo que aconteceu ao longo de dez anos de «cavaquismo», ficou sempre «bem claro que, para este Governo, não há autoridade sem responsabilidade e sem uma plena e reconhecida legitimidade».

Por essa razão, segundo Jorge Coelho, os socialistas propuseram-se trabalhar «no sentido de aperfeiçoar a comunicação e o relacionamento entre as polícias e os cidadãos. Comprometemo-nos a incrementar a operacionalidade das forças de segurança. Definimos como meta a actualização do modelo policial português. Explicitámos o propósito de modernizar os estatutos das forças de segurança, de promover a qualificação e dignificação dos seus profissionais, de incrementar soluções institucionais e procedimentos tendentes a assegurar um controlo mais eficaz da observância da legalidade, da defesa dos direitos e legítimos interesses dos cidadãos», lembrou o ministro.

### Reforço do direito de participação

Sublinhados os objectivos constantes no programa de Governo e demonstrados com números rigorosos os resultados do avultado investimento realizado na



melhoria de condições para as polícias, o ministro da Administração Interna disse depois que a Lei Orgânica da PSP vai permitir criar uma «nova estrutura organizacional». Uma estrutura que «não enjeita liminarmente os fundamentos históricos da instituição. Pelo contrário, devolve-lhe a matriz civilista, ou de polícia cívica, que marcou a sua criação e os seus primórdios». De resto, como sublinhou o mesmo membro do Governo, a aprovação da nova lei orgânica vai aproximar mais Portugal da generalidade dos países da União Europeia, também com um modelo semelhante ao que é proposto pelo Executivo.

Entre as mudanças a operar na estrutura organizacional da corporação, Jorge Coelho destacou a redefinição do estatuto de dirigente máximo da PSP, agora designado de director nacional. A partir de agora, o Governo desobriga-se de escolher uma personalidade militar, ou oriunda da carreira militar, para exercer as mais altas responsabilidades na PCP. Outra alteração importante, prende-se com o reforço do direito de participação e acompanhamento da vida da instituição por parte do pessoal e das respectivas organizações representativas da polícia, quer no Conselho Superior de Polícia, quer no Conselho Superior de Deontologia e Disciplina. Mas

o ministro citaria, ainda, os pontos em que o diploma reconhece a centralidade das vertentes da formação e da investigação científica, ao transformar a Escola Superior de Polícia em Instituto Superior de Ciências Policiais e Segurança Interna.

«Não poderia deixar de referir a orientação expressa de definir com rigor, de forma prudente, sem rupturas e com respeito por todos, todas as funções de natureza não policial que hoje são exercidas por polícias, nos quais o Estado e o país investiram, formando-os para serem polícias e não para terem outra actividade na instituição, passem a ser desenvolvidas por particulares sob a forma de concessão de serviços. Teremos assim mais meios humanos onde os portugueses os querem: a trabalhar próximo de si, para contribuir para a sua segurança e tranquilidade», sublinhou Jorge Coelho.

### Sindicatos da PSP avançam

«Novo modelo organizativo, visão gestonária, claramente separada do sector operacional policial, promoção das condições do exercício participativo por parte dos cerca de 19 mil profissionais que hoje integram a PSP, capacidade de resposta aos novos desafios da segurança, mais

dignidade e direitos para os seus profissionais, são os princípios que enquadram o texto legislativo agora proposto», afirmou o ministro da Administração Interna, quando terminava o seu discurso de apresentação da nova Lei Orgânica da PSP.

No período de debate, António Filipe, deputado do PCP, estranhou a ausência de qualquer referência aos sindicatos de polícia na nova Lei Orgânica. Na resposta, o ministro da Administração Interna fez a defesa de um modelo reformista (e não revolucionário) para a PSP. Frisou, então, que o novo estatuto de pessoal vai ser negociado com as associações representativas da corporação e que o Governo já apresentou um projecto bem concreto em relação a essa matéria.

De forma a não deixar qualquer dúvida, Jorge Coelho sublinhou depois que o Governo «não tem qualquer razão objectiva, ou subjectiva, para impedir a existência de sindicatos de polícia em Portugal. Pelo contrário, o Governo considera fundamental a existência de sindicatos, para que se possa criar uma maior capacidade de diálogo e de concertação, tornando a acção policial mais eficaz e mais operacional». Também neste ponto, de acordo com o ministro, «Portugal não pode ser diferente da realidade da União Europeia».



## O ECOSISTEMA PORTUGAL AMBIENTE E REGIONALIZAÇÃO

**U**m dos argumentos que alguns anti-regionalistas têm usado, é o de a divisão do país em regiões ser a quebra de uma «unidade natural» tentando, com esse argumento, a colagem demagógica à ideia de que o homem estaria a destruir o que a natureza construiu. Creio, como regionalista convicto, que existem pelo menos oito argumentos ambientais que apoiam a defesa dessa profunda reforma estrutural que é a regionalização.

Em primeiro lugar, a Conferência Mundial sobre Ambiente e Desenvolvimento do Rio de Janeiro em 1992 e a «Agenda 21» decorrente, consagraram um princípio fundamental para a sustentabilidade do desenvolvimento e bem estar da Humanidade: «Pensar globalmente, agir localmente». É bom que se recorde que este princípio foi considerado como a trave-mestra, não só para a preservação do meio ambiente, mas acima de tudo para a sustentabilidade dos recursos, dos quais depende a qualidade de vida do ser humano. É clara, a meu ver, a direcção de modernidade que o princípio encerra, ao privilegiar a acção local como meio de resolução adequada de problemas globais.

É dito frequentemente que um país tão pequeno não tem regiões naturais que justifiquem a regionalização. Creio sinceramente que este argumento só pode ser aduzido por quem não conhece o «Portugal Natural»; pois creio que entre o Parque Natural de Montesinho, *ex libris* da região transmontana, e o Parque Natural da Ria Formosa no Algarve, se encontrará precisamente a diversidade natural e humana que distinguem essas regiões. Não serão os estuários do Tejo e Sado as reservas naturais que dão a identidade a Lisboa e Setúbal? Será que não se entende que é esta diversidade natural e identidade regional que fazem o Ecosistema Portugal? A questão mais frequentemente brandida será o hipotético «desordenamento territorial» que a regionalização/fractura nacional traria. Mas a verdade é que o país já está fracturado. Está fracturado entre litoral e interior, e essa é que é a verdadeira jangada de pedra, que vai afastar um litoral rico e debaixo de uma pressão urbanística brutal, de um interior que urge recuperar para travar a desertificação humana. E será esta última que também conduzirá em muitas das nossas paisagens humanizadas à desertificação ambiental, com a consequente perda da identidade natural do país. Creio ser óbvio que planos de desenvolvimento integrado e sustentável serão melhor delineados e executados a nível regional do que a nível central. Ganhará a administração central com melhor conhecimento da realidade e, certamente, maior peso negocial no contexto da União Europeia, de uma Europa de regiões.

A conservação da natureza é uma das áreas onde a questão do desenvolvimento local se

torna mais premente. A resolução do Conselho de Ministros 102/96, apoiando um esforço de investimentos prioritários nos parques naturais e áreas protegidas, como meio de promover um desenvolvimento sustentável, é bem o rosto da necessidade premente de todo um novo conceito de desenvolvimento local recompatibilizando o Homem com a Natureza. Simultaneamente, a criação de alternativas económicas reais e novo emprego a populações que, durante a última década, foram espartilhadas por medidas de carácter exclusivamente restritivo, não deixará de contribuir para travar um processo de desertificação humana.

O tratamento de resíduos sólidos urbanos finalmente iniciado, depois de uma herança de mais de três centenas de lixeiras a conspurcar o país, veio demonstrar à sociedade que problemas de carácter global são resolvidos com soluções de âmbito regional. E, creio que poucos terão dúvidas que o lixo produzido no Alentejo não será exactamente idêntico ao da região de Lisboa.

Um outro sector, no qual já é óbvia a necessidade de concertação regional, é, sem dúvida, o da gestão da água, nomeadamente a gestão das principais bacias hidrográficas. Da mesma forma, se torna hoje óbvio que as questões de saneamento necessitam de soluções regionais que considerem as tipologias próprias a cada região. Ao contrário, a uniformidade anterior deu, por exemplo no domínio das ETAR's, resultados desastrosos. Similarmente, para os níveis de atendimento em matéria de abastecimento de água de qualidade, não restam hoje muitas dúvidas que passarão por uma necessária gestão regional de recursos. No sector industrial, o actual Governo celebrou diversos contratos de adaptação ambiental envolvendo apoios de cerca de 18 milhões de contos. Contudo, tornou-se fundamental respeitar as características decorrentes da inserção regional de muitas indústrias. De um modo muito claro, é hoje consensual que a caracterização dos impactos ambientais provocados pelas indústrias são melhor definidos e identificados a nível

regional, tornando-se mais fácil a caracterização dos autores desses impactos e a metodologia de resolução.

Por fim, a própria realização de acções de educação e sensibilização ambiental, indispensáveis para a mobilização da opinião pública para as questões ambientais, só surtirá efeito se as soluções e exemplos tiverem inserção directa na ambiente próximo. As motivações de um aluno de uma escola de Trás-os-Montes dificilmente serão as mesmas que um de uma escola do litoral.

Creio que em matéria de regionalização não deveremos ter medo do poder central abrir mão de uma parte desse poder, alargando a democracia às regiões. Em Ecologia foi há muito demonstrado que a evolução das espécies resultou da diversidade, do aproveitamento das diferenças para a evolução e sobrevivência de um todo; creio sinceramente que será a diversidade das regiões a chave da evolução do Ecosistema Portugal.

\*Militante de base do PS



## A GRANDE VÍTIMA DO CENTRALISMO É A REGIÃO DE LISBOA E SETÚBAL

Perante cerca de mil pessoas, duzentas das quais pertencentes a casas regionais de todos os pontos do País, o secretário-geral do PS não hesitou em colocar o dedo na ferida e denunciou os erros de um modelo de desenvolvimento centralista. Ao longo das últimas décadas, em consequência da falta de regiões administrativas, Lisboa e Setúbal tornaram-se zonas congestionadas e sem qualidade de vida. O líder socialista também contrariou os argumentos dos opositores da regionalização, mostrando como o País pode ser homogêneo sem recusar as suas identidades regionais.

No jantar promovido pelo Comissão Política Concelhia de Lisboa do PS, na FIL, participaram os presidentes das casas de Trás-os-Montes e Alto Douro, Algarve, Ribatejo, Algarve, Lamego, Lafões, Arcos de Valdevez, Beiras, Monforte da Beira, Sabugal, Sardoal, Paredes de Coura, bem como dirigentes das casas do Alentejo e do Fundão. Como explicou Miguel Coelho, presidente do PS/Lisboa, logo no início do período dedicado a intervenções políticas, a iniciativa destinou-se a contribuir para o «esclarecimento das pessoas, para que os eleitores possam votar em consciência» no referendo sobre regionalização, no próximo dia 8 de Novembro. Momentos depois, António Guterres começou a sua intervenção denunciando que a Região de Lisboa e Setúbal «foi a grande vítima dos desequilíbrios provocados por um modelo de desenvolvimento centralista». Para o líder do PS, é necessária «uma nova maneira de organizar o País, promovendo um desenvolvimento harmonioso e a qualidade de vida». Justificada a importância da regionalização, o secretário-geral do PS enquadrava esta reforma nas próprias raízes da cultura nacional e não em qualquer tipo de processo político-administrativo artificial. «Quase todos os que vivemos em Lisboa temos uma família proveniente de outras partes do País. Apesar de o País ser homogêneo, desde sempre recebeu contributos de todas as zonas do País, de todas as culturas», referiu, antes de evidenciar que a regionalização, no fundo, leva «a traduzir ao nível da estrutura orgânica do Estado algo que já está enraizado na nossa cultura regional». Servindo-se de um argumento poderoso para desfazer algumas teorias de anti-regionalistas, António Guterres invocou o historiador José Mattoso, para quem, desde os primórdios da nacionalidade, «havia uma diferença» clara entre Trás-os-Montes e Alto Douro e Entre Douro e Minho. «Respeitar a identidade de cada população não significa dividir o país. Pelo contrário, é uma



condição indispensável para unir as pessoas, dando-lhes voz», afirmou.

### Melhorar a eficácia da decisão

Além de apontar os méritos inerentes à criação das regiões administrativas, o secretário-geral do PS procurou separar outros processos de regionalização colocados em marcha na Europa, como em Espanha — onde as regiões assumem um marcado carácter político —, da reforma administrativa que se pretende que vigore em Portugal. Os socialistas, esclareceu, desejam consagrar «as juntas regionais, com órgãos técnicos de apoio, para ajudar a tomar melhor as decisões». Com a criação das oito regiões, de acordo com António Guterres, «as decisões serão tomadas mais rapidamente e por quem melhor conhece os problemas». Pelo actual modelo, lembrou, «quem decide são os nomeados pela Administração Central, que muitas vezes fogem ao controlo de quem os nomeou e que não respondem perante ninguém em relação aos actos que tomam». Do ponto de vista político, António Guterres sublinhou a coerência do PS em matéria de regionalização. «Em Portugal, pela primeira vez, aconteceu esta coisa espantosa. Este Governo continua a dizer a mesma coisa que dizia quando estava na oposição e defende a regionalização», recordou. Para o secretário-geral do PS, no entanto, existe na vida nacional um elemento perigoso e que contribui para desacreditar a própria democracia. Tal acontece, na sua opinião, quando determinados dirigentes políticos «mudam de opinião ao sabor das sondagens, ou de oportunismos. Nós somos pelas regiões por convicção. Nós não mudamos de posição», declarou.

Como sublinhou António Guterres, «até é bom que o Governo perca algumas das suas competências para as regiões, para que o Executivo se possa concentrar nas grandes questões nacionais, como a economia, o desemprego e a saúde». A finalizar, deixou um apelo, «não vamos responder às provocações daqueles que nos insultam. Ao contrário de outros, não queremos a regionalização para obter qualquer vantagem política, mas porque queremos que o País se encontre melhor organizado e porque queremos que os nossos filhos tenham um futuro melhor».

### Reforma moderada e gradual

Também sobre regionalização, quinta-feira passada, António Vitorino fez uma declaração política, durante a última reunião do Secretariado Nacional do PS. O dirigente socialista procurou explicar, sobretudo, o modelo de financiamento das regiões administrativas, esclarecendo que «assentará essencialmente na transferência do Orçamento de Estado, a definir por lei, segundo critérios objectivos e tendo em vista garantir soluções equitativas norteadas pelo princípio do combate às assimetrias e da solidariedade financeira para com as regiões mais pobres». Tal como os municípios, segundo António Vitorino, «as regiões poderão lançar derramas, que revestem, aliás, natureza excepcional, mas também aqui os casos e as condições em que tal poderá ocorrer serão definidas por lei da Assembleia da República. De igual modo, e à semelhança do que se passa com as demais autarquias locais (municípios e freguesias), também a lei de finanças aplicável às regiões administrativas conterà limites estritos quer

quanto às verbas a afectar (em termos de orçamento corrente das regiões, ao funcionamento e ao investimento), quer quanto à capacidade de endividamento das regiões», justificou. Por sua vez, acrescentou, os quadros de pessoal das regiões «serão aprovados por lei e as nomeações e contratos ficarão sujeitos ao visto prévio do Tribunal de Contas».

Ao contrário daquilo que tem sido dito pelos anti-regionalistas, António Vitorino demonstrou que «as despesas correntes do conjunto das oito regiões, em termos de pessoal e de funcionamento e dos oito governadores civis regionais a criar, serão equivalentes ao custo da poupança decorrente da extinção e da profunda transformação da actuais cinco comissões de coordenação regional e da extinção e integração no novo modelo das estruturas dos actuais 18 governadores civis do continente».

Com a regionalização, evidenciou ainda o ex-ministro da Presidência e da Defesa Nacional, «o PS assume o compromisso de não construir novos edifícios para a instalação dos órgãos e serviços administrativos das regiões, aproveitando, antes, as 18 sedes de governos civis, os actuais edifícios das comissões de coordenação regional e outros edifícios do património do Estado disponíveis».

«Do exposto resulta inequivocamente que os governos civis actuais — incluindo as assembleias distritais e os organismos delas dependentes — serão extintos. O seu pessoal e bens serão integrados nas novas regiões administrativas, salvo nos casos que sejam transferidos pelos serviços do Estado, nomeadamente quando colocados na dependência dos representantes do Governo junto de cada região», concluiu António Vitorino.

## PELO PAÍS

## Governança Aberta

**ADMINISTRAÇÃO INTERNA** – O secretário de Estado da Administração Interna, Luís Parreirão, deslocou-se, no dia 16, a Faro, para participar na cerimónia de assinatura de protocolos relativos ao Programa de Informatização das Juntas de Freguesia.



**ADMINISTRAÇÃO LOCAL** – O secretário de Estado da Administração Local e Ordenamento do Território, José Augusto Carvalho, deslocou-se, no dia 16, ao distrito de Leiria, onde presidiu à celebração de contratos Prosiurb (Programa de Consolidação do Sistema Urbano Nacional e Apoio à Execução dos PDM) com os municípios de Alvaiázere e Figueiró dos Vinhos, bem como à formalização de 24 protocolos com 24 instituições privadas de interesse público do distrito, destinados a comparticipar obras nestas associações de natureza cultural, recreativa e desportiva, bem como instituições religiosas.

**AVEIRO** – O governador civil de Aveiro, Antero Gaspar, presidiu, no dia 17, à inauguração de duas novas unidades de saúde do concelho de Santa Maria da Feira, designadamente em Arrifana e Lourosa.

**CULTURA** – O ministro da Cultura, Manuel Maria Carrilho, presidiu, no dia 17, no Cine-Teatro Jardim, em Seia, à cerimónia inaugural do CineEco'98 – IV Festival de Cinema e Vídeo de Ambiente da Serra da Estrela.

No dia 15, Manuel Maria Carrilho assistiu à estreia da peça «Noite de Reis», uma obra de William Shakespeare, numa encenação de Ricardo Paes, no Teatro Nacional de São João, no Porto.

Por seu turno, a secretária de Estado da Cultura, Catarina Vaz Pinto, esteve presente, no dia 19, na inauguração da exposição «Teotihuacan – Uma Cidade Cosmopolita do México Antigo», que decorreu no Museu Nacional de Arte Antiga.

**DESPORTO** – O secretário de Estado do Desporto, Miranda Calha, condecorou, no dia 16, em Lisboa, o jornalista António Martins com a medalha de bons serviços desportivos.

António Martins completou, no mês passado, meio século de profissão. Durante 50 anos, este profissional da informação desportiva trabalhou na divulgação das actividades de pequenos clubes e colecti-

vidades, sempre com a preocupação de promover modalidades que evidenciassem mais dificuldades de acesso aos meios de Comunicação Social.

**EDUCAÇÃO** – O ministro da Educação, Marçal Grilo, abriu, no dia 15, no auditório do Conselho Nacional de Educação, o colóquio organizado pela Associação Portuguesa do Direito da Educação subordinado ao tema «A autonomia das escolas no ensino público não-superior».



Na ocasião, Marçal Grilo falou sobre a importância e aplicação do novo regime de autonomia e gestão das escolas dos ensinos básico e secundário, que já está a ser aplicado.

O colóquio terminou na sexta-feira, dia 16, sendo a sessão de encerramento presidida pelo secretário de Estado da Administração Educativa, Guilherme d'Oliveira Martins.

**FARO** – O governador civil de Faro, Joaquim Anastácio, presidiu, no dia 19, à cerimónia de assinatura de protocolos no âmbito do projecto «Aprender na Escola a Andar na Estrada», promovido pela Comissão Distrital de Segurança Rodoviária. No dia 18, Joaquim Anastácio participou nas comemorações do 67º aniversário do Corpo dos Bombeiros Municipais de Olhão, na Fuzeta.

**FINANÇAS** – O ministro das Finanças, Sousa Franco, esteve presente, no dia 19, no acto oficial de assinatura dos protocolos de assunção de dívida com as Regiões Autónomas da Madeira e dos Açores. A cerimónia, que decorreu no Salão Nobre do Ministério das Finanças, contou, ainda, com a presença dos secretários regionais das Finanças e do Plano dos Açores e Madeira.

**HABITAÇÃO E COMUNICAÇÕES** – A secretária de Estado da Habitação Comunicações, Leonor Coutinho, presidiu, no dia 16, à assinatura de contratos com instituições de solidariedade social dos concelhos de Setúbal e Loures, para a instalação de equipamentos essenciais às populações destas áreas urbanas.

Na mesma sessão foram apresentados projectos, em fase de conclusão, no âmbito do Programa de Renovação Urbana Dinamizado pela Secretaria de Estado da Habitação e Comunicações, no início de

1996, em complementaridade com os programas de realojamento, a Renovação Urbana visa o reordenamento e revitalização das zonas urbanas alvo de acções de realojamento porque «só vale a pena realojar populações se o objectivo for promover a sua inserção na comunidade, o que exige procurar, em simultâneo, respostas para problemas de carácter social». Caso contrário, «trata-se de um simples esbanjamento de dinheiros públicos». No final de 1997, a Renovação Urbana apresentava uma total de 162 projectos aprovados, com uma execução de 16 milhões de contos, aos quais correspondeu uma comparticipação financeira a findo perdido de nove milhões de contos.

**INSERÇÃO SOCIAL** – O secretário de Estado da Inserção Social, Rui Cunha, presidiu, no dia 17, no auditório do Conservatório Regional do Algarve, em Faro, à abertura do 5º Congresso de Geriatria, promovido pela Proectus e UATI (Universidade do Algarve para a Terceira Idade), durante a qual anunciou algumas medidas governamentais para o sector que tutela.

**ORÇAMENTO** – O secretário de Estado do Orçamento, João Carlos Silva, reafirmou, no dia 19, que a reforma do IRS beneficia a generalidade dos contribuintes. «As classes de rendimento baixo, médio-baixo e médio são muito beneficiadas, 98 por cento da média alta também paga menos impostos em 1999 e boa parte da alta regista também ganhos», disse.

«Além disso, as classes de rendimentos mais elevados - as que maximizavam os abatimentos - são as que registam comparativamente mais perdas», acrescentou. Contudo, João Carlos Silva salientou que é impossível avaliar caso a caso, já que se está a falar de três milhões de agregados. A situação de cada pessoa depende do peso relativo do conjunto de abatimento que cada um faz.

«O Governo está disposto a avaliar a situação no debate do orçamento na especialidade, para ver se é possível avançar com melhorias sem prejudicar as classes de rendimentos mais baixos», afirmou o secretário de Estado, acrescentando que «não abdicamos de uma reforma tão importante no sentido de aumentar a justiça na distribuição do rendimento que beneficia genericamente os contribuintes, nem vamos pactuar com posições radicais».

**TRABALHO E SOLIDARIEDADE** – O ministro do Trabalho e da Solidariedade promoveu, no passado dia 16, no auditório da Presidência do Conselho de Ministros, em Lisboa, uma conferência de Imprensa sobre o Orçamento da Segurança Social para 1999.

Através da linha do Fundo de Socorro Social, Ferro Rodrigues atribuiu, no dia 17, subsídios a instituições do distrito de Aveiro, após o reconhecimento do importante trabalho que desenvolvem no âmbito da acção social e da solidariedade humana, bem como uma análise das dificuldades e carências existentes.

## CONSELHO DE MINISTROS

## Reunião de 14 de Outubro

## O Conselho de Ministros aprovou:

- As propostas de lei das Grandes Opções do Plano e do Orçamento de Estado para 1999;
- Uma proposta de lei que altera a lei de financiamento dos partidos políticos e das campanhas eleitorais e o quadro legal sobre os crimes da responsabilidade dos titulares de cargos políticos;
- Uma resolução que aprovou o Orçamento Integrado de Cooperação para 1999;
- Uma resolução que regulamenta a segunda fase do processo de privatização do capital social da Brisa – Auto-Estradas de Portugal, SA;
- Um decreto-lei que regula as condições de acesso e de exercício da actividade de empresas privadas na indústria de armamento;
- Um decreto-lei que cria o Hospital do Barlavento Algarvio, colocando-o em regime de instalação;
- Um decreto-lei que transpõe para a ordem jurídica interna a directiva 95/71/CE, do Conselho de 22 de Dezembro, que fixa as normas sanitárias que enquadram a produção e colocação no mercado dos produtos da pesca destinados ao consumo humano;
- Um decreto-lei que cria, no âmbito do Ministério da Educação, a Direcção-Geral do Ensino Superior, que substitui para todos os efeitos o Departamento do Ensino Superior;
- Um decreto-lei que altera a Lei Orgânica do Gabinete de Planeamento e de Coordenação do Combate à Droga;
- Um decreto-lei que extingue a Direcção Distrital de Finanças de Lisboa, criando duas novas direcções distritais;
- Um decreto regulamentar que altera o quadro de pessoal da Academia Nacional de Belas Artes;
- Uma resolução que ratifica o Plano de Pormenor da Nova Aldeia da Luz, no município de Mourão;
- Uma resolução que nomeia o novo vogal do Conselho de Administração do IFADAP, o licenciado Manuel Maria Cardoso Leal.

DESTAQUE – CM

Financiamento dos partidos

## REPONDERAR ALTERAÇÕES FUNDAMENTAIS

O Conselho de Ministros aprovou, no dia 14, um diploma que altera a lei de financiamento dos partidos políticos e das campanhas eleitorais, bem como o quadro normativo relativo aos crimes da responsabilidade dos titulares de cargos políticos.

A proposta de lei em questão retoma alguns dos mecanismos fundamentais que constavam do projecto de lei do Grupo Parlamentar do Partido Socialista que não vieram a ter acolhimento na lei que introduziu uma nova disciplina do regime de financiamento dos partidos políticos e das campanhas eleitorais, aprovada na Assembleia da República em Agosto último.

O Governo pretende, assim, permitir à Assembleia da República, nesta nova sessão legislativa, reponderar a necessidade da consagração de cinco alterações fundamentais: o alargamento do conceito de crime de corrupção,

tipificando como tal as situações em que o acto ou omissão de comportamentos devidos são contrapartida de vantagem para o partido, coligação eleitoral ou candidato; a redução e congelamento de despesas de campanha eleitoral, estabelecendo como limite máximo, nas próximas campanhas eleitorais, um montante de cerca de 408 mil contos (actualizado de acordo com o índice de preços ao consumidor); a inclusão, nos limites legais, dos donativos em espécie e dos bens cedidos a título de empréstimo, eliminando-se esta possibilidade de financiamento encoberto; a obrigatoriedade de utilização de meio bancário para donativos, depósito de receitas e pagamentos, possibilitando-se, deste modo, a conciliação dos movimentos financeiros e a obrigatoriedade de documentação de angariação de fundos e de emissão de recibo autenticado e numerado pela entidade fiscalizadora.

DESTAQUE – CM

Equipamentos

## PRIVATIZAÇÃO DA BRISA: 2ª FASE

O Governo deu carta branca ao novo documento que regulamenta a segunda fase do processo de privatização do capital social da Brisa – Auto-Estradas de Portugal, SA.

De acordo com a resolução, aprovada na reunião de Conselho de Ministros do dia 14, a segunda fase de privatização da Brisa deverá alienar até 31 por cento do capital social da empresa, concretizando-se através de uma oferta pública de venda (OPV) no mercado nacional e de uma venda directa a um conjunto de instituições financeiras que ficam obrigadas à ulterior dispersão das acções junto de investidores institucionais, no mercado nacional e em mercados internacionais.

Na OPV, destinada ao público em geral, serão reservados lotes de acções para aquisição por trabalhadores da Brisa, pequenos subscritores e emigrantes, os quais beneficiarão de condições especiais de aquisição, designadamente de um desconto de 5 por cento sobre o preço-base.

Os trabalhadores da empresa poderão optar, ainda, por realizar o pagamento a prestações, durante o prazo de um ano, mas se optarem por realizar o pagamento a pronto beneficiarão ainda de um desconto adicional de 3 por cento.

Ainda aos trabalhadores, aos pequenos subscritores e emigrantes poderá ser entregue uma acção da Brisa por cada 25 que sejam adquiridas em condições especiais - no âmbito da respectiva reserva - e que não sejam transaccionadas durante os 12 meses posteriores à realização da sessão especial de bolsa destinada à execução da

OPV.

O preço das acções adquiridas na OPV integra já a contrapartida devida pelas acções que poderão ser entregues um ano depois da OPV, após verificada a condição de atribuição.

Os limites máximos de aquisição, por investidor, foram fixados em mil acções, nas tranches reservadas para trabalhadores e pequenos subscritores e emigrantes, e em cinco mil acções, na tranche destinada ao público em geral.

No âmbito da operação de venda directa, a resolução do Conselho de Ministros aprova o caderno de encargos que estabelece os termos e condições que a venda directa institucional deve observar; fixa em 10 por cento - da quantidade global que venha a ser objecto da OPV e da venda directa - a quantidade máxima de acções que poderá ser objecto do lote suplementar; e regula o funcionamento dos mecanismos de comunicabilidade de acções entre a OPV e a venda directa.

Esta segunda fase de privatização enquadra-se nos parâmetros definidos pela lei n.º 11/90, de 5 de Abril, e nos objectivos especiais decorrentes do programa de privatizações.

Procura-se, designadamente, com o modelo definido, consolidar a dispersão do capital da Brisa por forma a reforçar a estrutura accionista diversificada e eficaz da empresa; garantir a presença da Brisa em mercados financeiros internacionais e que o Estado mantenha ainda na Brisa uma participação relevante no capital, embora minoritária.

FUNÇÃO PÚBLICA

Avança semana dos quatro dias

## MENOS ESTADO E MELHOR ESTADO

O Governo apresentou, na segunda-feira, dia 19, um pacote de medidas legislativas visando a introdução da semana de trabalho de quatro dias para a função pública. Falando à Comunicação Social, Jorge Coelho afirmou que este conjunto de medidas é «importante» e «vai incidir activamente no processo de modernização do Estado». Segundo o ministro, um dos grandes desafios do Executivo, e concretamente do seu ministério, que tutela a função pública, é a modernização do Estado face ao próximo milénio com base no critério de «menos Estado e melhor Estado».

Em sua opinião, o «Estado deve emagrecer onde não é preciso e ter um papel de fiscalização e regulamentação», pelo que, sublinhou «deve ser dotado de condições para que venha a ser mais eficaz e acabar com a excessiva burocracia e atender melhor os cidadãos».

Jorge Coelho disse que as medidas que o Governo está a introduzir neste processo vão significar um «abanão».

O ministro da Administração Interna garantiu que este é um «processo em marcha» e que «nada vai esperar pela regionalização, pois, se assim fosse, haveria que esperar muitos anos até pôr em ordem e coordenar toda a máquina administrativa».

Mas, apesar de reconhecer que este desafio é «importante» e que «há muito que fazer», Jorge Coelho mostrou-se convencido de que nesta matéria Portugal «já está muito mais avançado do que outros paí-



ses, entre eles Espanha».

«Cada vez que vou visitar um país chego à conclusão de que nos estamos mais à frente», disse Jorge Coelho, que destacou que em Portugal os salários da função pública vão subir mais do que, por exemplo em Espanha, onde nem sequer há negociação, pois o Governo determina por decreto simplesmente que subam a mesma taxa que a inflação e há dois anos o crescimento foi zero».

O governante sublinhou que a oferta de emprego público em Portugal também é melhor e lembrou que, em matéria salarial, o Executivo já propôs como ponto de partida um aumento de dois por cento, o que significa que - admitiu - «no final sempre será algo superior».

DESTAQUE – CM

Comércio de armas

## CAUTELA NA ABERTURA AOS PRIVADOS

O Executivo socialista aprovou, no dia 14, em reunião de Conselho de Ministros, um decreto-lei que regula as condições de acesso e de exercício da actividade de empresas privadas na indústria de armamento.

Trata-se de um sector interno actualmente caracterizado por um conjunto de factores debilitantes - nomeadamente, baixa produtividade, relativa desactualização de produtos, forte concorrência externa, descapitalização e frequente ausência de estratégia.

São conhecidas, por outro lado, as profundas alterações que o sector atravessa a nível internacional, especialmente com a crescente integração destas actividades em conglomerados económicos de natureza predominantemente civil, com uma lógica produtiva orientada para o duplo-uso (produtos utilizáveis nos mercados correntes e, simultaneamente, na área militar) e com um factor de competitividade cada vez

maior.

O Governo optou, pois, neste diploma, por uma abertura cautelosa à iniciativa privada, impondo a figura da autorização prévia condicionada ao preenchimento de um conjunto de requisitos que identifiquem pessoal e profissionalmente o investidor; atestem de forma definitiva a sua idoneidade e os factores estratégicos detidos; definam os produtos e mercados alvo, bem como os meios técnicos e humanos a utilizar; demonstrem a viabilidade do projecto e o seu respeito pelas normas de segurança e pelos interesses nacionais.

O decreto-lei consagra ainda, como consequência necessária da lei n.º 88-A/97, o acompanhamento e fiscalização desta actividade por parte do Estado, bem como o controlo sobre a transmissão das acções das empresas nela envolvidas, as quais serão submetidas à credenciação de segurança nacional e à legislação específica existente neste domínio.

DEPUTADO PEREIRA MARQUES

Conselho da Europa

## GARANTIR A DIVERSIFICAÇÃO LINGÜÍSTICA CONTRA OS RISCOS DA HOMOGENEIZAÇÃO



«Garantir e contribuir para a diversificação linguística constitui um desafio e exige medidas dos governos e de instituições - como o Conselho da Europa -, com evidentes implicações no domínio do ensino e da cultura, mas também com importantes consequências de carácter civilizacional», afirmou, no dia 23 de Setembro, o deputado socialista Fernando Pereira Marques.

O deputado socialista falava na Assembleia Parlamentar do Conselho da Europa, durante a discussão do relatório de Jacques Legendre sobre a diversificação linguística. Fernando Pereira Marques referiu que actualmente «a diversidade de culturas e de línguas, que dão à Europa e ao mundo a sua policromia criativa, corre riscos de homogeneização, devido à uniformização de padrões culturais, em consequência da hegemonia económica, política e militar de uma grande potência anglo-saxónica».

Para o deputado socialista, a verificação

deste facto «deve reforçar a consciência de como é importante, mais do que nunca, encarar a aprendizagem de línguas numa óptica não meramente utilitária, de como é importante a aprendizagem de, pelo menos, duas línguas estrangeiras no ensino obrigatório, de como é necessário incentivar a aprendizagem de outras mais, assim como apoiar as línguas de minorias étnicas ou locais».

Salientando que o projecto de recomendação sobre a diversificação linguística enuncia muitas outras linhas de acção «cheias de potencialidades», Fernando Pereira Marques disse esperar que elas «venham a ser adoptadas pelos governos e pelas outras instâncias competentes, e possam reforçar a acção que o Conselho da Europa já desenvolve e dar maior eficácia aos projectos em curso no domínio da cooperação internacional».

Sem esquecer, acrescentou, «a necessidade de garantir a diversidade linguística no funcionamento corrente das organizações internacionais».

J. C. CASTELO BRANCO

DEPUTADA CELESTE CORREIA

Migrações

## MUDAR A SOCIEDADE MUDADA



«Numa sociedade democrática e plural não se pode falar de inserção sem a existência de um quadro comum de cidadania e falar de cidadania pressupõe que, também os imigrantes disponham de condições mínimas no que diz respeito à educação, à saúde, ao alojamento, aos rendimentos, além de, evidentemente, serem reconhecidos como cidadãos residentes, detentores da respectiva autorização de residência».

Foi desta maneira que a deputada socialista Celeste Correia enquadrou o tema das migrações e do respectivo movimento associativo.

Celeste Correia, que discursava, no passado dia 7, perante as diferentes bancadas parlamentares, definiu a migração como «um acto de mudança a todos os níveis», sublinhando, simultaneamente, que «a adaptação de indivíduos ou de grupos ao novo contexto societário e cultural constitui um aspecto de enorme relevância».

No processo de inserção das comunidades migratórias, a deputada do PS salientou uma estratégia constante. Trata-se da constituição de uma associação representativa, que mais cedo ou mais tarde se organiza e consolida, tornando-se agente, muitas vezes privilegiado, da organização da tecitura das relações interculturais.

«Talvez não se tenha dito, ainda, tudo o que

as comunidades imigrantes residentes em Portugal já mereciam», reconheceu Celeste Correia. Porém, não deixou de frisar que os socialistas têm «clara consciência» de que «nunca se produziu tanta legislação, tanta iniciativa e tantas actividades em prol da inserção harmoniosa dos estrangeiros e das minorias étnicas no País como durante esta legislatura».

«O papel do associativismo é importante, tanto no projecto como na execução das políticas migratórias integradas, dado que é, ao mesmo tempo, sujeito e objecto dessas mesmas medidas», disse, acrescentando que «é importante que as associações de imigrantes sejam apoiadas e reconhecidas, também na sua particular especificidade».

O objectivo, segundo Celeste Correia, não é regular a vida das associações, mas sim «reconhecer a sua importância social» e criar mecanismos de apoio.

No final da intervenção, a parlamentar socialista disse que o GP/PS se encontrava aberto a acolher os «contributos de todos os partidos» para encontrar os tão ansiados consensos nesta matéria e para que em Portugal seja concebida «uma política migratória realista, solidária e respeitadora dos direitos humanos dos imigrantes».

«Estamos em tempo de mudança, e como Bertold Brecht disse, "há que mudar a sociedade. E uma vez mudada a sociedade há que mudar a sociedade mudada"», terminou.

MJR

DEPUTADA ISABEL SENA LINO

Região Autónoma da Madeira

## AUTONOMIA TEM AFLORAMENTOS TÍPICAMENTE FORA-DA-LEI



A deputada do PS Isabel Sena Lino considerou no dia 8, no Parlamento, que a autonomia na Madeira «tem afloramentos típicamente fora-da-lei».

«O carácter ofensivo de certas injúrias a titulares de cargos governamentais, bem como a afirmação persistente de que as leis gerais da República não servem na Madeira, afiguram-se-nos como afirmações altamente provocatórias e geradoras de prejuízos irreparáveis», disse.

Numa intervenção centrada sobre o processo autonómico na Região da Madeira, Isabel Sena Lino condenou de forma veemente o tipo de actuação pouco democrática do actual presidente do Governo Regional, Alberto João Jardim.

Isabel Sena Lino lembrou que desde que o XIII Governo Constitucional tomou posse, «tem sido constante a criação unilateral de um clima de hostilidade e de franco desrespeito por parte do actual presidente do Governo Regional da Madeira, face ao Executivo nacional».

Defendendo um novo quadro de relacionamento entre a Região e o Estado, agora consagrado na última revisão constitucional, assente na cooperação e na coresponsabilização, Isabel Sena Lino, num balanço objectivo, salientou os méritos da acção do Governo do PS que relativamente à Região Autónoma da Madeira se tem

pautado por «uma política séria, rigorosa, permitindo-lhe um desenvolvimento e modernização numa perspectiva mais justa, mais solidária».

### Jardim ataca a génese da democracia

A deputada do PS afirmou ser com «o maior constrangimento» que tem assistido ao estilo e à forma como o presidente do Governo Regional se tem dirigido aos titulares dos órgãos de soberania da República.

Para Isabel Sena Lino, «a ainda recente afirmação, de entre muitas outras, que "é preciso correr os socialistas com um pontapé no traseiro, a fim de libertar Portugal de um partido que transforma um Estado democrático num Estado mafioso", ilustra à exaustão como se pode usar a tolerância dos democratas para atacar a génese da democracia».

Isabel Sena Lino disse ainda persistir a tentação por parte do Governo Regional, em retirar, a certos diplomatas da República, princípios fundamentais, «chocando desse modo com a Constituição», sendo o último caso conhecido a proposta de decreto legislativo regional que visa aprovar o regime de autonomia, administração e gestão dos estabelecimentos de ensino públicos da Região Autónoma da Madeira, a qual «mutila» o respectivo decreto-lei.

J. C. B.

## AGENDA PARLAMENTAR

### Quinta-feira, dia 22

Hoje, a partir das 15 horas e no período anterior à ordem do dia, a Assembleia da República reunirá para debater com urgência, a pedido do PSD, o alegado «descontrolo financeiro do Ministério da Saúde».

Já inserida na ordem de trabalhos estará a discussão em torno de duas propostas de lei governamentais e dois projectos de lei.

O primeiro documento a ser analisado pelos deputados será a proposta de lei do Governo que regula a publicidade domiciliária, por telefone e por telecópia.

Depois será altura dos parlamentares se debruçarem sobre a proibição da aplicação em dividendos das receitas de alimentação de participantes nacionalizados, conforme o projecto de lei do PSD.

A criação do provedor da Criança encontrar-se-á em estudo, logo a seguir, com a avaliação do diploma do PS.

Por fim, encontra-se agendado um debate em torno da segunda proposta de lei governamental deste dia, a que autoriza o Executivo a legislar no sentido de estabelecer os princípios reguladores da investigação de acidentes e incidentes com aeronaves civis.

As votações regimentais realizam-se, sensivelmente, às 18 horas.

### Sexta-feira, dia 23

Às 10 horas de amanhã, o Parlamento discutirá, em plenário, três propostas de resolução do Executivo.

A primeira aprova, para ratificação, a convenção sobre a proibição da utilização, armazenamento, produção e transferência de minas antipessoais e sobre a sua destruição.

A segunda aprova, também para ratificação, o protocolo sobre a proibição de utilização de minas e armadilhas, bem como de outros dispositivos.

A terceira e última proposta de resolução aprova, para ratificação, a convenção e o protocolo adicional entre os Estado-membro do Tratado Atlântico Norte (NATO) e outros Estados que participam na Parceria para a Paz sobre o estatuto das suas forças.

DEPUTADA NATALINA MOURA

Ambiente

«CUMPRIR O FUTURO HOJE»



A deputada socialista Natalina Moura defendeu, no dia 14, na Assembleia da República, que a difícil tarefa da protecção da natureza é de todos não se limitando a residir na esfera política.

Neste sentido a parlamentar do PS sublinhou a importância de criar uma consciência ecológica generalizada.

«A educação ambiental tem que envolver, urgentemente, não só os jovens como todos os níveis etários», disse.

No campo político, Natalina Moura mostrou-se confiante, pois assegura que «com este Governo nada é deixado ao acaso».

Para sustentar a sua afirmação, a deputada recorda que o Executivo socialista valorizou o património natural do País tornando-o pioneiro da Rede Natura 2000 e acabando por desenvolver a credibilidade do estado português em matéria ambiental. «Com este Governo foi possível estar, simultaneamente, no núcleo duro do euro e no núcleo duro da Rede Natura 2000», apontou Natalina Moura como prova indiscutível de que «ambiente e desenvolvimen-

to não são incompatíveis». Referindo-se a certos recursos naturais em particular, a deputada do GP/PS releveu o facto da protecção da água assumir contornos prioritários na política ambiental prosseguida pelo actual Executivo.

«O Governo do Partido Socialista herdou "água inquinada" e tem vindo a desenvolver a qualidade da mesma para os portugueses», constatou.

Ao qualificar os recursos hídricos nacionais como fontes de vida e bens estratégicos, a parlamentar do PS não hesitou em apelar à sua conservação, sublinhando «a necessidade urgente de proteger as funções ecológicas da água».

«Não é por acaso que o Plano Hidrológico Espanhol tem sido tão debatido nestes últimos anos», frisou Natalina Moura, acrescentando que «é urgente conhecer as intenções, os estudos, os programas, os projectos e a legislação de Espanha tem vindo a desenvolver».

Porque o seguro morreu de velho e os socialistas preferem envelhecer em segurança, a deputada do PS defende que «há que estar prevenido para que se possa cumprir o futuro hoje».

Antes de lançar o repto de ver Portugal limpo e sem lixeiras até ao ano 2000, a deputada deteve-se um pouco no passado de tonalidades laranja.

«O PSD deixou-nos um país sujo e degradado», recordou, citando, de seguida, as 320 lixeiras a céu aberto que urgia encerrar em 1995, quando o PS assumiu o compromisso de preparar um melhor futuro para Portugal.

Na opinião de Natalina Moura, o Governo do PSD investiu no betão das ETAR, esquecendo a sua real eficácia e a formação de recursos humanos.

Muito diferente se tem mostrado o Executivo PS que «alia a formação de recursos humanos à eficácia da obra».

Para terminar a intervenção, a deputada socialista salientou que a tecnocracia, favorecida pelo Governo anterior, não relega para segundo plano, neste Governo, o humanismo.

Habitat humano...

E se de ambiente humano se trata, é preciso não esquecer a teia de relações interpessoais que se torna mais complicada nos anos da juventude.

Natalina Moura falou, no passado dia 8, hemiciclo de São Bento, sobre educação sexual e planeamento familiar a propósito de uma proposta de resolução apresentada pelo PP sobre a matéria.

Considerando a sua intervenção como uma «recordatória», a deputada do GP/PS lembrou a formação mecanicista e desligada da leitura afectiva com que se revestiam as conversas em torno do sexo antes do advento da democracia.

Natalina Moura manifestou a sua satisfação pelo facto da educação sexual ter assumido, actualmente, um protagonismo nos grandes debates, facto que aliás descreve como tendo sido de «necessidade imperiosa».

A parlamentar do PS abreviou a sua mensagem ao frisar que esta matéria - a da educação sexual -, «merece tratamento rigoroso, para o qual se exige uma preparação adequada».

«Não se pode descurar a formação de todos os que irão interferir nas esferas emotivas, que moldarão atitudes, comportamentos que ninguém ignora serem condutores do carácter, da sensibilidade e da ética que também no caso vertente não pode ser ignorada», disse.

Para terminar o seu apontamento, Natalina Moura fez referência a quadros legislativos globais onde se inspirou a legislação portuguesa no que respeita planeamento familiar e educação sexual, dirigindo-se à bancada do PP para afirmar convicta que «este Governo não só dá corpo às preocupações nacionais, como tem em atenção e honra os compromissos mundiais e internacionais».

MJR

DEPUTADA SÓNIA FERTUZINHOS

Planeamento familiar

EDUCAÇÃO SEXUAL NO TOPO DAS PRIORIDADES



A deputada socialista Sónia Fertuzinhos apontou como «grande desafio» para a sociedade, em matéria de planeamento familiar e educação sexual, «conseguir promover a informação e a sua acessibilidade efectiva, não esquecendo a formação como componente essencial», através de uma complementaridade de funções entre o Estado, a família e a escola, bem como outras instituições que trabalhem nesta área.

Sónia Fertuzinhos falava, no passado dia 8, na Assembleia da República, numa sessão plenária em que se discutia o projecto de resolução do PP sobre planeamento familiar e educação sexual.

Considerando as referidas matérias como estando «ligadas ao desenvolvimento humano dos indivíduos e das sociedades», a deputada do GP/PS congratulou-se com a iniciativa parlamentar da bancada «popular», apesar de não a considerar inovadora, pois «representa uma preocupação de alguns grupos que se têm alheado desta discussão nos últimos anos, em estimular e apoiar todo o esforço que hoje é feito nesta área».

Na opinião de Sónia Fertuzinhos, é um «facto positivo» a evolução estatística que a temática da família e da sua reprodução tem evidenciado.

«Estamos perante novos padrões de comportamento dos portugueses face ao plane-

amento familiar. Hoje há claramente uma opção por métodos contraceptivos mais seguros por parte da maioria dos portugueses», avançou a deputada socialista, baseando-se nos resultados preliminares do último Inquérito à Fecundidade e Família, da responsabilidade Instituto Nacional de Estatísticas.

Quanto às estratégias e políticas desenvolvidas para o sector em questão, Sónia Fertuzinhos garante que «o Governo tem assumido as suas responsabilidades».

«A definição e prossecução dos objectivos gerais em matéria de planeamento familiar e educação sexual é efectuada principalmente no âmbito dos Ministérios da Saúde e da Educação. O tratamento das situações que carecem de uma acção mais específica é feito em estreita colaboração com os Ministérios da Justiça, do Trabalho e da Solidariedade», disse a parlamentar socialista, acrescentando que também é de assinalar a acção da Secretaria de Estado da Juventude. Sónia Fertuzinhos frisou, por último, que «pela primeira vez em Portugal, um Governo apresenta um plano, um programa de acção em planeamento familiar e educação sexual que contém aspectos essenciais de eficácia e sucesso».

A deputada do PS referia-se, entre outras coisas, ao facto da educação sexual e do planeamento familiar serem assumidos de forma clara como uma prioridade da acção do Executivo, tendo-se fixado, inclusive, metas para os próximos anos.

MJR

GP/PS

Denúncia de corrupção

VERDADE DOA A QUEM DOER...

A direcção do Grupo Parlamentar do Partido Socialista (GP/PS) divulgou, no passado dia 16, uma nota à Imprensa em que manifesta preocupação pela entrevista dada à revista «Visão» por Carlos Martins Oliveira sobre um caso de corrupção em plena década cavaquista.

Com efeito, este empresário do sector da construção denunciou o assédio de que foi alvo e que se concretizou na tentativa de extorsão de 150 mil contos para lhe ser entregue a obra de alargamento da auto-estrada Lisboa-Cascais, no lance de Monsanto.

O dinheiro em causa devia ser entregue ao PSD e constituiria a condição para a adjudicação da obra.

Martins Oliveira denunciou, igualmente, os intervenientes no «negócio». Segundo relata, tratou-se de um ex-engenheiro da Junta Autónoma de Estradas - que passou pela Brisa e se encontra no Gattel (Gabinete Técnico da Travessia do Tejo em Lisboa) e de um amigo comum.

O empresário revelou na mesma entrevista que contactou telefonicamente o então ministro laranja Ferreira do Amaral, para ser recebido, facto que confirma ter vindo a concretizar-se. Então, pessoalmente, no

Ministério, relatou-lhe o ocorrido, ouvindo em troca um simples «vou ver isso».

O resultado de toda esta odisséia foi a perda da obra por parte do empresário sem que qualquer explicação lhe fosse dada. Depois de uma denúncia «lão grave», o GP/PS afirma não poder permanecer indiferente.

«É fundamental saber se o ministro do PSD, Ferreira do Amaral, actual vice-presidente de Marcelo Rebelo de Sousa, fez averiguações e se, como era seu inelutável dever, comunicou o facto à Procuradoria-Geral da República ou a qualquer outra instituição», lê-se no texto da nota de Imprensa.

O documento garante que a bancada parlamentar socialista «tomará de imediato medidas para que o empresário Carlos Martins Oliveira seja convidado em audição conjunta das 1ª e 4ª comissões da Assembleia da República», por forma a «permitir o apuramento integral da verdade, doa a quem doer».

A direcção do GP/PS termina a nota de Imprensa garantindo que, caso venha a confirmar-se os graves indícios de corrupção denunciados pelo empresário, proporá de imediato a realização de um inquérito parlamentar.

MJR

## PE QUER PROGRAMAS PARA REDUZIR PROCURA DE DROGA

O Parlamento Europeu aprovou o relatório da deputada socialista holandesa Hedy D'Ancona, no qual se recomenda aos Estados-membros que introduzam novos programas para a redução da procura e dos riscos para a saúde, que dê prioridade ao combate às novas drogas de síntese e que reforcem a cooperação entre Estados, regiões e cidades.

O relatório, que se destina a criar uma posição comum que a UE apresentará na sessão extraordinária da Assembleia Geral da ONU sobre cooperação internacional na luta contra a droga, parte da constatação que as abordagens diferentes do problema da droga inviabilizam actualmente uma harmonização das legislações e das práticas.

Por isso, no relatório da eurodeputada so-

cialista holandesa pede-se aos Estados-membros que concertem as suas posições no sentido de tornar mais eficaz o combate ao flagelo da droga.

Com a adopção deste documento reconhece-se que as políticas em matéria de estupefacientes deverão assentar na ideia-base fundamental de que a toxicod dependência é não apenas consequência de opções individuais, mas também resultado de, entre outras coisas, condições sociais e da marginalização e exclusão de determinados grupos da sociedade.

Neste contexto, o relatório chama a atenção para a necessidade de associar a luta contra a pobreza, o desemprego e as desigualdades sociais às questões da toxicod dependência e da produção de drogas ilegais.

## QUINZE DIVIDIDOS QUANTO AOS RECURSOS PRÓPRIOS DA UNIÃO

Segundo o boletim «Info-Europa», uma publicação dos socialistas portugueses no Parlamento Europeu, «os "Quinze" estão totalmente divididos quanto aos recursos próprios da União Europeia, facto que pode inclusivamente atrasar a adopção das perspectivas financeiras para o período 2000-2006, tal como previsto na «Agenda 2000».

O Conselho de Ministros da Economia e Finanças, realizado no passado dia 12, no Luxemburgo, para discutir o documento da Comissão sobre os recursos próprios como decorre da «Agenda 2000» chegou, conforme refere o «Info-Europa», a ser considerado por alguns dos presentes como «um grande caos», havendo posições extremadas e difíceis de tornar consensuais.

De um lado, a Alemanha, Suécia, Holanda e Áustria consideram excessiva a sua contribuição líquida para o orçamento e estão dispostos a admitir cortes no orçamento comunitário.

Do outro lado, Portugal, Espanha, França, Irlanda, Dinamarca e Grécia rejeitaram a ideia de um co-financiamento das despesas agrícolas.

O Reino Unido, por sua vez, opõe-se a qualquer modificação do seu retorno financeiro.

Para Portugal, as pretensões dos países que querem reduzir a sua contribuição são inaceitáveis, na medida em que seriam sobretudo os países menos prósperos os mais prejudicados.

## BANCO CENTRAL EUROPEU

O Parlamento Europeu aprovou recentemente um conjunto de relatórios com vista à aprovação dos regulamentos necessários ao funcionamento do Banco Central Europeu.

Estes regulamentos dizem respeito à aplicação das reservas mínimas obrigatórias pelo BCE, aos poderes de imposição de sanções e à informação estatística a prestar pelos Estados-membros.

Numa intervenção que efectuou no plená-

rio de Estrasburgo, a eurodeputada socialista Helena Torres Marques considerou a aprovação destes regulamentos «passos essenciais para o regular funcionamento da UEM nesta sua terceira fase, constituindo medidas coerentes relativamente à forma como a massa monetária nos 11 países do euro vai ser controlada de modo a tornar estes mercados simultaneamente atraentes e seguros, o que não é tarefa fácil nem garantida».

## ELISA DAMIÃO ENTROU EM FUNÇÕES

Elisa Damião, que substituiu no PE o camarada José Apolinário, nomeado secretário de Estado das Pescas, participou na semana passada, pela primeira vez, nos trabalhos do Grupo Socialista, na reunião que mensalmente se realiza para preparação das sessões plenárias.

No PE, a eurodeputada socialista Elisa Damião será membro efectivo da Comissão dos Assuntos Sociais e suplente da Comissão do Ambiente.



## FUNDOS ESTRUTURAIS EM DEBATE

O eurodeputado socialista Barros Moura participou, no dia 10, em Cork, na Irlanda, numa mesa-redonda subordinada ao tema «A União Europeia e os fundos e os fundos estruturais».

A mesa-redonda foi organizada pelo Grupo Socialista Europeu e contou com a participação, entre outros, da comissária Wulf Mathies e do líder dos trabalhistas irlande-

ses, Ruairi Quernm.

Entretanto, amanhã, dia 24, o eurodeputado socialista Fernando Moniz participa em Oflir no Congresso da JS da Região de Entre Douro e Minho.

Na reunião magna dos jovens socialistas, Fernando Moniz fará uma intervenção centrada no tema «As regiões no quadro da UE».

J. C. C. B.

## NOBEL DA PAZ

### Irlandeses galardoados

## JOSÉ LAMEGO CONSIDERA DECISÃO «JUSTA E SÁBIA»

O camarada José Lamego, secretário Internacional do PS, qualificou no dia 16 de «justa e sábia» a decisão de atribuir a John Hume e David Trimble, principais artífices da pacificação na Irlanda do Norte, o Prémio Nobel da Paz deste ano.

José Lamego, que é amigo pessoal de John Hume, líder dos socialistas da Irlanda do Norte e membro da direcção do Grupo Socialista Europeu, manifestou-se «bastante satisfeito» e reiterou as palavras do católico moderado, sublinhando que o prémio «é para todos os irlandeses e servirá para ajudar a consolidar o processo de paz na Irlanda do Norte».

«John Hume é um homem fantástico, humano, bom e simples e por isso sinto-me bastante satisfeito», disse.



O ex-director do «Acção Socialista» realçou também o papel «importante» do primeiro-ministro britânico, Tony Blair, e do Presidente norte-americano, Bill Clinton, no processo de paz.

O secretário Internacional do PS lembrou a importância de Clinton no processo, quando recebeu o líder do Sinn Féin, Gerry Adams, na Casa Branca, devido à influência de Hume. O ex-secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros e da Cooperação, que é colega de Hume no «Bureau» Político do Partido Socialista Europeu (PSE), desdramatizou, por outro lado, a não atribuição do Nobel também a Gerry Adams, considerando que os lados em confronto na Irlanda do Norte «estão bem representados» no prémio.

O Comité do Nobel norueguês atribuiu o

Nobel da Paz a John Hume (católico moderado) e David Trimble (protestante), pelo trabalho desenvolvido que pôs fim «ao conflito nacional e religioso na Irlanda do Norte que causou 3 500 mortos».

### Sampaio saúda coragem dos laureados

O Presidente da República, Jorge Sampaio, por sua vez saudou a coragem dos dois laureados, considerando que fizeram «um trabalho singularmente corajoso e exemplar, baseado sobre convicções profundas e animado pela certeza de que a tolerância, a coexistência pacífica, o respeito pela diferença e o diálogo devem prevalecer entre os homens e a comunidade».

J. C. C. B.

## POR UMA GLOBALIZAÇÃO REGULADA

**Os chefes de Estado e de Governo de 21 países, reunidos na VIII Cimeira Ibero-Americana, assinaram, no dia 18, na Cidade Invicta, o texto final que determina os compromissos e objectivos que «deverão inspirar uma actuação coordenada dos Governos».**

**A** Declaração do Porto, como passou a ser designado o documento-síntese da Cimeira Ibero-Americana, foi objecto de análise por parte de uma equipa de coordenadores, sendo assinado, no domingo, no final dos trabalhos da cimeira.

O texto sintetiza em sete pontos esses objectivos, acrescentando ao documento preparado pelos ministros dos Negócios Estrangeiros uma cláusula em que os participantes na cimeira se congratulam com os acordos alcançados entre o Equador e o Peru para a resolução pacífica dos seus diferendos.

A Declaração inclui, além de um texto sobre o conteúdo político da reunião, quatro declarações em anexo: uma sobre a situação financeira internacional, outra sobre o processo de construção da paz na Colômbia, uma terceira sobre o processo de paz entre o Equador e o Peru e uma última declaração sobre a cimeira União Europeia-América Latina e Caraíbas.

Os signatários do documento pretendem, também, que «a Comunidade Ibero-Americana adquira um papel cada vez mais activo e responsável na cena internacional, projectando uma perspectiva humanista e aberta ao futuro».

O escrito reitera o propósito de os países ibero-americanos «continuarem a manter políticas económicas e financeiras sãs» e convida a comunidade internacional a acompanhar os seus signatários nesse compromisso.

A necessidade de adaptar o sistema financeiro internacional à nova realidade dos mercados é uma das vias apontadas «para evitar, a curto prazo, uma recessão mundial e maiores implicações negativas nas economias da região, pondo em risco as reformas estruturais», lê-se na Declaração do Porto.

A adopção de medidas eficazes «que propiciem a estabilidade e transparência dos mercados», por parte dos organismos financeiros e da comunidade internacional, é apontada como «condição indispensável» para o crescimento económico numa base duradoura dos países ibero-americanos.

O «cumprimento integral dos acordos assumidos» no quadro do Uruguay Round é apontado como um dos meios que permitirão favorecer um sistema multilateral de comércio livre, «não discriminatório e transparente».

O aprofundamento da cooperação entre a América Latina e a União Europeia - um dos temas mais focados na Declaração do Por-



to - e a dinamização dos processos de negociação que conduza a «acordos concretos» entre as duas regiões são outros dos compromissos assumidos.

A abertura ao exterior das sociedades da região, através do fortalecimento do espaço cultural ibero-americano, também é defendida no texto.

O compromisso de fortalecer as instituições democráticas, o pluralismo político, o Estado de Direito e o respeito dos direitos humanos e liberdades fundamentais são ainda reiterados pela Cimeira Ibero-Americana do Porto, ao reafirmar o respeito pelos princípios de soberania e não intervenção e o direito de os povos construírem livremente, em paz, estabilidade e justiça o seu sistema político.

Reportando-se directamente a Cuba, mas sem pedir explicitamente o fim do bloqueio norte-americano, o documento rejeita «energicamente a aplicação extraterritorial de leis nacionais e de operações encobertas que violem as leis e ordenamentos de terceiros países, bem como processos coercivos unilaterais que constituem um obstáculo à cooperação entre os estados». Relativamente às recentes perturbações nos mercados financeiros, a Declaração do Porto considera «urgente a adopção de medidas mais eficazes por parte da comunidade internacional, especialmente dos países membros do G-7 e dos organismos financeiros».

No caso da União Europeia, o euro e o Tra-

tado de Amsterdão são apontados como factos fundamentais na integração comunitária, que «afectarão positivamente a relação com a América Latina e Caraíbas». O problema das drogas, do terrorismo, da luta contra a corrupção, o crime organizado e a degradação ambiental ou a cooperação judicial são aspectos da cooperação bilateral e multilateral que devem ser impulsionados, segundo o documento, que aponta ainda a cultura e a educação como aspectos fundamentais da integração regional.

### Ditos e feitos...

O clima de solidariedade e a consciência da urgência e da importância de certos temas estiveram presentes na Cimeira Ibero-Americana do Porto desde o começo da reunião.

Na cerimónia oficial de abertura, o Presidente da República da Venezuela, Rafael Caldera, elogiou a actualidade e urgência da temática escolhida para a VIII Cimeira Ibero-Americana do Porto - a globalização -, cujos trabalhos abriu oficialmente na qualidade de anfitrião da anterior cimeira.

Ainda na cerimónia inaugural da cimeira, o chefe de Estado português, Jorge Sampaio, alertou para os perigos do alargamento do «fosso» económico entre os países.

Sampaio frisou que os responsáveis políticos ibero-americanos têm «o dever» de evitar que as «aspirações legítimas» das

suas sociedades em «colher os benefícios» da globalização «se tornem em quimeras cada dia mais longínquas».

Jorge Sampaio defendeu ainda o reforço da interdependência dos Estados ibero-americanos e apontou os aspectos que considera «essenciais no quadro de uma «actuação positiva» face à globalização».

O chefe de Estado português salientou ainda a realização do seminário sobre as políticas das drogas e da toxicodependência (proposto por si na anterior cimeira), cujas conclusões - apenas à Declaração do Porto - «constituem uma demonstração clara» da «vontade comum» de avançar no «tratamento conjunto» de uma questão «tão delicada e de tão grande importância para o futuro» das sociedades ibero-americanas. No domingo, já perto do fim da cimeira de chefes de Estado e de Governo ibero-americanos o primeiro-ministro português, António Guterres, expressou o desejo de que as conclusões Declaração do Porto «sejam atentamente ouvidas, sobretudo pelos principais responsáveis pelo mundo político e económico».

Segundo sublinhou António Guterres, a VIII Cimeira Ibero-Americana constituiu um «momento de confiança» porque, face à crise financeira internacional, «foi possível aprovar uma declaração em que fica claramente vinculada a solidez das economias ibero-latino-americanas» e «o facto de a crise financeira que até agora ocorreu no mundo ser inteiramente estranha nas suas causas ao mundo ibero-latino-americano». Recusando-se a aceitar um fenómeno globalizante descontrolado, Guterres defendeu «uma globalização regulada, que permita combater os seus riscos, em que haja organizações regionais fortes e inter-regionalização e em que a União Europeia, por um lado, e as diversas formas de integração latino-americanas, por outro, possam estreitar entre si laços que constituam um eixo decisivo da futura arquitectura das relações económicas internacionais», afirmou.

Preocupado com a crise económica mundial afirmou-se Fidel Castro, Presidente cubano, a quem coube intervir na sessão de encerramento da Cimeira Ibero-Americana do Porto para revelar o tema do próximo encontro, a realizar em Cuba, em 1999.

«Ibero-América e os graves riscos de uma crise económica globalizada» será o assunto a debater na Cimeira de Havana, escolhido por «amplo consenso» entre os 21 Estados ibero-americanos, depois de uma «profunda discussão» sobre a utilização da expressão «crise mundial» ou «crise globalizada».

Numa intervenção que durou aproximadamente 70 minutos, Fidel Castro manifestou especial preocupação pelo eventual alastramento da crise económica ao Brasil, situação que, alertou, teria «repercussões em toda a América Latina» e afectaria «irreversivelmente os EUA», cuja boa saúde económica salientou - manifestando o desejo de que «assim continue».

MJR



## PEQUENOS AGRICULTORES MAIS PROTEGIDOS

**O ministro da Agricultura apresentou na Assembleia da República mais medidas de excepção para minimizar os efeitos das quebras de produção ocorridas no presente ano agrícola. Grande parte dos novos apoios destinam-se a pequenos agricultores cujo rendimento global da exploração foi afectado em 50 por cento, ou mais, pelas quebras de produção abrangidas pela declaração de calamidade e a pequenos agricultores que exerçam a sua actividade em regime de exclusividade. As cooperativas também vão beneficiar de uma linha de crédito e de programas de formação profissional.**



**P**ara os pequenos agricultores cujo rendimento global da exploração foi afectado em mais de 50 por cento, o ministro Capoulas Santos anunciou uma insenção temporária de pagamento da contribuição para a Segurança Social. Uma insenção no mínimo de três meses e eventualmente prorrogável até seis meses. Por seu turno, para os agricultores em regime de exclusividade, e que foram afectados por sérios prejuízos, o membro do Governo revelou

que o Governo irá atribuir um subsídio para a manutenção da actividade, cujo valor será fixado em função do salário mínimo nacional e do tempo dedicado à sua participação em actividades de interesse social e local, ou em acções que contribuam para a sua valorização e qualificação profissional.

Mas o ministro da Agricultura ainda anunciou medidas para os pequenos agriculto-

res que tenham efectuado seguros agrícolas e contribuído para o fundo de calamidades. Para estes, haverá uma linha de crédito, até ao montante de 10 milhões de contos, para relançamento da actividade com taxa de juro zero, pelo prazo de cinco anos, com um ano de carência. Finalmente, Capoulas Santos explicou ser intenção do Executivo socialista apoiar as cooperativas agrícolas dos sectores do vinho, das frutas e dos cereais, cujo volume de produto laborado tenha sido inferior em 50 por cento em relação à média do último triénio. O conjunto de todas estas medidas, segundo o ministro da Agricultura, só foram possíveis «graças à estreita articulação e pronta disponibilidade do Ministério do Trabalho e da Solidariedade, associadas à já este ano adoptadas pelo Governo. Para além do gigantesco esforço financeiro que representam, traduzem bem a dimensão da solidariedade do Governo com os agricultores e de uma forma muito especial com os mais carentes de apoio, ou seja os pequenos agricultores», afirmou.

Antes de anunciar estas medidas, Capoulas Santos já havia evidenciado outras acções tomadas pelo actual Governo no sentido de minimizar os efeitos do mau ano agrícola. Assim, lembrou que o Executivo já concedeu apoios financeiros para a reposição de infra-estruturas afectadas por intempéries nas regiões do Alentejo e do Algarve no montante de cinco milhões de contos, compensações financeiras de cer-

ca de 30 contos por hectare para os cerealeiros que não puderam realizar as sementeiras — equivalentes a 50 por cento da área semeada no ano anterior —, uma linha de crédito altamente subsidiada até ao montante de 40 milhões de contos por um prazo de cinco anos com um ano de carência, garantindo, ao mesmo tempo, que os apoios financeiros aos produtores atribuídos em função da produção passassem a ser calculados na base, não do último ano, mas da média dos últimos três anos.

O conjunto de todas estas medidas, segundo o ministro da Agricultura, só foram possíveis «graças à estreita articulação e pronta disponibilidade do Ministério do Trabalho e da Solidariedade, associadas à já este ano adoptadas pelo Governo. Para além do gigantesco esforço financeiro que representam, traduzem bem a dimensão da solidariedade do Governo com os agricultores e de uma forma muito especial com os mais carentes de apoio, ou seja os pequenos agricultores», afirmou. A concluir, Capoulas dos Santos disse estar certo que as acções agora desenvolvidas irão permitir «minimizar, tanto quanto possível, as dificuldades decorrentes do mau ano agrícola e são simultaneamente demonstradoras de que a agricultura é um sector da nossa economia em cujo futuro o Governo aposta».

### BSE

### Sanções vão ser agravadas

## CAPOULAS DOS SANTOS IMPLACÁVEL NO COMBATE À BSE

Capoulas Santos anunciou no dia 16 um pacote de medidas de emergência para o combate à BSE em Portugal. Assim, uma das medidas prevê o agravamento das sanções para a violação das regras de controlo da BSE, passando as coimas mínimas de 100 para 500 contos e as máximas de nove mil para 18 mil contos.

Esta é uma das medidas de emergência para o combate à BSE em Portugal anunciadas no dia 16 pelo ministro da Agricultura que foi ouvido na comissão parlamentar do sector e onde ficou patente, uma vez mais, o profundo conhecimento que tem desta problemática.

Feito o diagnóstico, Capoulas Santos tem as medidas adequadas que serão aplicadas com a maior celeridade possível para travar a BSE.

Capoulas dos Santos referiu ainda que irá ser avançada a destruição imediata dos stocks de farinhas de carne e ossos ainda existentes nas unidades de transformação de subprodutos e nas fábricas de alimentos compostos para animais.

O reforço do controlo oficial permanente nos estabelecimentos de abate e nas uni-

dades de transformação de subprodutos de origem animal, tal como nas fábricas de alimentos compostos para animais, foi outra das medidas anunciadas.

A aplicação do plano de erradicação da BSE no País implica gastos de mais de três milhões de contos até final deste ano, montante a que se somam dez milhões de contos previstos para 1999.

Capoulas Santos garantiu que estas medidas de emergência «serão implementadas independentemente da decisão da Comissão Europeia acerca do embargo» às importações de carne de vaca portuguesa. Outra das medidas contidas no plano de emergência anunciado por Capoulas Santos é a interdição da entrada na cadeia alimentar humana e animal dos materiais de risco específico quer de bovinos quer de ovinos e caprinos.

Com determinação, num clima de diálogo permanente, Capoulas Santos, o novo titular da pasta da Agricultura, vem marcando pontos junto do mundo rural e da opinião pública, ao implementar uma série de medidas capazes de dar resposta a um conjunto de problemas com que se depara a nossa agricultura. **J. C. C. B.**

### REGIÃO DO DÃO

### Viseu

## DEPUTADOS DO PS QUEREM DECLARAR CALAMIDADE

Deputados socialistas do distrito de Viseu exigiram no dia 15 a inclusão de mais 11 concelhos na área de calamidade, que apenas abrange três municípios da região produtora do Dão afectados pelo mau ano agrícola.

Os agricultores dizem que as produções de uva para vinho e maçã em 13 concelhos da região de Viseu sofreram perdas médias superiores a 70 por cento nas colheitas deste ano mas apenas três constam da portaria que declara a situação de calamidade agrícola. Para ultrapassar esta situação dos produtores afectados pelas «teríveis condições climáticas» que determinaram avultadas perdas para as quais esperavam a «atenção do Governo», os deputados do PS José Junqueiro e Miguel Ginestral avançaram com uma proposta de alteração à portaria que declara a região de calamidade agrícola. A proposta de alteração a esta portaria, segundo Ginestral, surgiu após contactos com os serviços do Ministério da Agricultura no sentido de «procurar uma razão para tão estranha ocorrência», ou seja, a omissão dos 11 concelhos.

Representantes do Ministério da Agricultura afirmaram «sempre» que existia abertura para a inclusão na referida portaria - das calamida-

des agrícolas -, desde que provadas perdas de produtividade superiores a 50 por cento.

Entretanto, os deputados socialistas propoentes da alteração a portaria das calamidades agrícolas depois de uma reunião com elementos das adegas cooperativas e de cooperativas fruteiras, apuraram que «as perdas verificadas de facto na campanha agrícola deste ano nas colheitas de maçã e uva, e não meras estimativas, são superiores em média aos 75 por cento».

Como exemplos, os eleitos do PS no distrito de Viseu avançam, no texto da proposta de alteração, com os casos das adegas cooperativas de Penalva do Castelo (75 por cento), Mangualde (70), Vila Nova de Tazem (80), São Paio (70), Alcáçate (75) e Sátão (75 por cento de perdas médias em relação aos anos anteriores).

As alterações específicas propostas pelos parlamentares pretendem a inclusão dos concelhos de Carregal do Sal, Castro Daire, Mangualde, Nelas, Oliveira de Frades, Penalva do Castelo, São Pedro do Sul, Sátão, Vila Nova de Paiva, todos do distrito de Viseu, e Seia e Gouveia, do distrito da Guarda.

## MAIS JUSTIÇA FISCAL E SOCIAL

**O ministro das Finanças, Sousa Franco, disse no dia 15 que o Orçamento do Estado para 1999 «traduz-se em mais justiça fiscal, não aumenta impostos e corresponde à política de diminuição da pressão fiscal que o Executivo tem prosseguido desde há quatro anos».**

**N**a apresentação das contas para o próximo ano, Sousa Franco salientou que a ampla reforma do IRS prevista no Orçamento do Estado (OE) para 1999 abrange todos os contribuintes.

Sousa Franco afirmou que, no entanto, o IRS beneficiará sobretudo os contribuintes com rendimentos mais baixos e os trabalhadores por conta de outrem. Simplificação, justiça fiscal e redução significativa do imposto sobre o rendimento são as linhas-mestras deste orçamento e que vão ao encontro das preocupações da sociedade portuguesa, acrescentou o ministro das Finanças.

«Este orçamento é a realização efectiva das prioridades do Governo. Traduz-se em mais justiça fiscal, não aumenta impostos e corresponde à política de diminuição da pressão fiscal que o Executivo tem prosseguido desde há quatro anos», disse.

Sousa Franco revelou que, para além da criação de um novo escalão de IRS para os contribuintes com rendimentos mais baixos, todos os outros contribuintes beneficiam das deduções à matéria colectável em deduções à colecta.

Realçou ainda que todos os contribuintes beneficiam também de autonomização das despesas com a educação e do aumento da dedução específica para os trabalhadores por conta de outrem.

Segundo o titular da pasta das Finanças, o OE traduz, mais uma vez, uma redução do papel do Estado à custa das despesas suprimíveis.

«Apesar da despesa total ficar nos 27,4 por cento do PIB, a despesa social aumenta», disse Sousa Franco, apresentado como exemplo o PIDDAC, que aumenta 8,8 por cento.

O ministro destacou ainda o desagrevamento do IVA nos produtos alimentares, nas empaneladas do RECRJA e



nos produtos dietéticos para doentes graves.

Relativamente ao IRC adiantou que a respectiva taxa vai ser reduzida 20 por cento até ao ano 2001.

No âmbito das preocupações sociais do Governo socialista, o Orçamento do Estado para 1999 consagra um significativo reforço das verbas do Ministério do Trabalho e da Solidariedade, nomeadamente para pensões, rendimento mínimo e subsídios de desemprego.

### Verbas reforçadas para a Segurança Social

Durante a apresentação no dia 16 do orçamento do seu ministério para 1999, Ferro Rodrigues sublinhou que o orçamento em causa irá permitir que se desenvolva e consolide «a nova geração de políticas sociais que arrancou em 1996».

«Expressão política das prioridades de progresso social» do Governo do PS, o orçamento para o próximo ano deve, na opinião de Ferro Rodrigues, ser considerado como «um orçamento de consolidação do combate à exclusão social e de reforço da inserção através da formação profissional e do emprego».

O ministro salientou, a propósito, «o forte desenvolvimento das políticas de coesão social e de solidariedade», adiantando que «os números são eloquentes».

Para o Rendimento Mínimo Garantido (RMG) vão 37,5 milhões de contos, «o que corresponde a um crescimento de 23 por

cento em relação à execução prevista para 1998».

A acção social e o pré-escolar contarão com 151,5 milhões de contos, sendo de 18 por cento o aumento em relação à execução prevista para 1998. Além da melhoria das respostas nos programas de combate à pobreza e do reforço do apoio a crianças, idosos e pessoas com deficiência, tal valor «permitirá a expansão do pré-escolar», referiu.

Ferro Rodrigues classificou ainda de «verba impressionante» o aumento de 104 milhões de contos para as pensões.

Assim, 1 281,6 milhões de contos vão ser destinados às pensões, o que corresponde a um aumento de 8,8 por cento em relação a 1998.

Segundo Ferro Rodrigues, estão criadas assim «condições para prosseguir a política de aumento sustentável das pensões, nomeadamente das mais baixas e associadas a maiores carreiras contributivas».

Os 23,4 milhões de contos no Plano de Investimentos e Despesas de Desenvolvimento da Administração Central (PIDDAC), «mais 33,4 por cento que em 1998», permitirão, por outro lado, segundo sustentou o ministro, prosseguir e intensificar a política de melhoria dos equipamentos sociais para crianças, jovens, idosos e pessoas deficientes e, ao mesmo tempo, aumentar a capacidade de resposta do próprio sistema da Segurança Social, em termos de equipamentos e meios tecnológicos.

Em relação à inserção através da formação e do emprego, Ferro Rodrigues realçou «o

aumento das transferências correntes para o emprego e formação profissional em 9,6 por cento, para 71,6 milhões de contos e, em concreto, a expansão das acções de formação em 38,8 por cento, de 156 para 216,5 milhões de contos».

Salientando que 1999 é «um ano muito importante» ao nível do cumprimento do Plano Nacional de Emprego, o ministro referiu que o orçamento para o próximo ano tem condições financeiras para que os seus «ambiciosos objectivos em termos de formação» se concretizem.

Ferro Rodrigues sublinhou ainda que tais avanços sociais «só são possíveis devido à continuação do rigor na gestão do Orçamento da Segurança Social».

Segundo o ministro, a «continuação da eficácia na cobrança das contribuições» trará «mais de 1 300 milhões de contos em 1999», e continuará também o combate às baixas fraudulentas e ao subsídio a falsos desempregados.

A propósito, explicou que o aumento de cerca de nove por cento nas verbas previstas para o subsídio de desemprego «não pode ser interpretado como previsão do aumento de desemprego. Deriva exclusivamente de se prever a aprovação de regras que favorecem mais os desempregados com mais longas carreiras contributivas».

### Paixão da Educação ao rubro

A promessa do Governo do PS de aumentar em 1 por cento o peso do sector da Educação no PIB foi cumprida.

A Educação passou a ter um peso, de 1995 para 1999, de 5,3 por cento para 6,3 por cento.

O OE de 1999 para a Educação conta com uma verba total de 1 172 milhões de contos, o que corresponde a 15,7 por cento das despesas da Administração Pública, o que se traduz num aumento de oito por cento em relação ao orçamento de 1998.

Para o primeiro-ministro, António Guterres, o orçamento para a Educação é o investimento mais importante do País.

«Mais importante do que a Expo/98, que as estradas, que os portos e mesmo que as unidades industriais», disse.

«O investimento que marcará a acção deste Governo é o investimento nas pessoas e este traduziu-se, sobretudo, na Educação», realçou.

J. C. B.

### APROVAÇÃO DO OE/99 GUTERRES APELA AO BOM SENSO

O primeiro-ministro, António Guterres, minimizou, no dia 16, na inauguração do Parque das Nações, a ameaça de Marcelo Rebelo de Sousa de o PSD poder vir a não viabilizar o Orçamento de Estado para 1999.

António Guterres lembrou que o líder laranja «também já disse outras vezes que viabilizava o Orçamento de 1999» e apelou ao «bom senso» de todos os partidos na discussão do OE/99.

### GRANDES OPÇÕES DO PLANO 1999 DOCUMENTO DISPONÍVEL NA INTERNET

O documento das Grandes Opções do Plano (GOP's) para 1999, entregue formalmente no dia 15 na Assembleia da República, está já disponível na Internet. O acesso ao documento pode ser feito através do site do Ministério do Equipamento, do Planeamento e da Administração do Território (MEPAT), através do endereço [www.min-plan.pt](http://www.min-plan.pt).

Na página do MEPAT, o navegador-utilizador terá apenas de fazer *click* sobre o item Proposta GOP '99.

ONU

Luta contra a pobreza

## CABO VERDE E MOÇAMBIQUE TÊM PLANOS NACIONAIS

**C**abo Verde e Moçambique estão entre os 42 países africanos que definiram planos nacionais de luta contra a pobreza, segundo o «Relatório sobre a Pobreza, 1998», do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD).

De acordo com o texto, a estratégia de actuação da generalidade dos programas de luta contra a pobreza postos em prática a nível mundial, assenta no acesso pelas populações aos serviços sociais básicos e à criação de oportunidades para o aumento dos rendimentos ou do emprego. Mas, refere, há também planos que incluem a promoção da participação comunitária e a conservação dos recursos naturais. Em África, apenas 15 nações têm já em funcionamento programas de luta contra a pobreza e dos Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa (PALOP), apenas Cabo Verde e Moçambique têm planos nacionais. Em Angola não está definido um programa, mas a redução da pobreza é considerada objectivo nacional, e na Guiné-Bissau e em São Tomé e Príncipe, as autoridades já manifestaram intenção de criar programas nacionais.

O relatório inclui Cabo Verde e Moçambique no grupo de países que pretendem reduzir e erradicar a pobreza no período 1998-2030, mas não precisa as respectivas etapas por falta de informação.

No capítulo sobre as «Novas Orientações para o Acompanhamento da Pobreza», o relatório faz referência a Angola, país onde a inexistência de dados quanto ao acesso aos serviços de saúde foi substituída pelo



indicador das condições de habitação para medir a pobreza.

«As condições oferecidas pela habitação são uma importante dimensão do bem-estar», afirma-se no documento, que acrescenta que a «pobreza humana face ao rendimento dos pobres é bastante elevada em todo o país, mas particularmente alta no Norte e no Leste - regiões mais afectadas pela recente guerra civil». Segundo o PNUD, este dado «confirma a existência de um nível elevado de privação apesar das minas de diamantes, que geram um grande fluxo de rendimento corrente, mas não transferido para o bem-estar das comunidades locais».

Moçambique é referido no capítulo «Como fazer a ajuda funcionar para os pobres». Segundo o PNUD, o Governo definiu três prioridades: melhores condições de vida

para as populações rurais, investimento no capital humano e redução da vulnerabilidade dos pobres aos acidentes naturais através de redes de segurança e programas alimentares.

Solicitando o apoio das Nações Unidas e a conjugação de esforços com os parceiros de desenvolvimento, as autoridades moçambicanas apostam na redução da pobreza no período 1998-2001 através do aumento do emprego, do acesso e qualidade dos serviços sociais básicos, reforço do processo democrático, desenvolvimento do papel das organizações da sociedade civil, promoção da sustentabilidade dos recursos naturais e melhoria da segurança alimentar.

Sobre a África sub-sariana na generalidade, no capítulo da «Redefinição das Estratégias de Desenvolvimento», o documento refere que até recentemente a região «tinha diminutas perspectivas quanto à redução da pobreza devido ao fraco ou negati-

vo crescimento económico e aos elevados graus de falta de qualificação».

«Na verdade, durante um longo período, o crescimento foi negativo em toda a região: entre 1985-95, o crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) *per capita* foi de menos 1,1 por cento. Em meados da década de 90 o PIB *per capita* tornou-se positivo mas manteve-se baixo», adianta.

Quanto à distribuição do rendimento nacional, nos anos 70 um quinto da população mais pobre da África sub-sariana recebeu 5,1 por cento, percentagem que subiu para apenas 5,2 por cento até meados da década de 90.

Por comparação, indica o relatório, esse valor aumentou no mesmo período para 8,8 por cento no Sueste asiático e na Europa de Leste.

O relatório, intitulado «Vencer a Pobreza Humana», foi lançado oficialmente no dia 16, no âmbito do «Dia Internacional para a Eliminação da Pobreza».

CULTURA

Ano de homenagem a Garrett

### D. MARIA EM REESTRUTURAÇÃO

A casa de espectáculos fundada em Lisboa por Almeida Garrett, o D. Maria II, encontra-se na expectativa de uma reestruturação prometida para 1999, o mesmo ano em que o País presta homenagem ao restaurador do Teatro em Portugal.

O Ministério da Cultura elegeu o ano de 1998 para «arrumar» a Casa de Garrett, mostrando-se determinado a pôr termo a dez anos de sucessivos défices financeiros.

Terminada a cedência de salas às iniciativas programadas no âmbito da Expo'98, entrou em vigor no Teatro Nacional D. Maria II uma «contenção de programação» destinada a viabilizar uma «contenção de despesas».

A medida governamental suscitou alguma polémica em meios ligados ao sector e, sobretudo, na Comunicação Social, onde pairaram os fantasmas do «encerramento» do teatro e da eventualidade de se prepararem despedimentos entre os seus 172 funcionários (o elenco de actores não ultrapassa as três dezenas).

Contudo, a actual direcção do D. Maria II, assumida por Carlos Áviliez e Antonino Solmer, assegurou que o Teatro Nacional não se encontra encerrado e garantiu que «não estão previstos despedimentos». A ideia é, segundo os responsáveis, conseguir que o teatro encerre as suas contas em 1998 sem saldo negativo.

Para começar vida nova em 1999. Curiosamente, o mesmo ano em que se assinala o bicentenário do nascimento de Garrett, o homem influente, escritor e político a quem Passos Manuel entregou a tarefa de restaurar o Teatro em Portugal.

Em declarações à Comunicação Social, Antonino Solmer referiu-se a essa curiosa

coincidência, indicando que ela deve ser vista como um estímulo: captar no fundador do D. Maria II o exemplo de força e determinação no reestruturar da actividade teatral.

A direcção do Teatro Nacional está apostada em entrar no ano de Garrett com «um novo equilíbrio» que permita corrigir alguns dos maiores problemas da casa: um elenco artístico demasiado envelhecido (a média de idades ronda os 58 anos), distorções e injustiças no plano salarial, falta de espaço para oficinas e armazenamento, redução informatização e problemas de preservação na estrutura do edifício.

Ao mesmo tempo, prepara-se para dinamizar acções no âmbito da homenagem a João Baptista da Silva Leitão de Almeida Garrett, o multifacetado cidadão do século XIX nascido no Porto a 4 de Fevereiro de 1799, de notável eloquência na oratória e na escrita, que foi poeta, escritor, pedagogo, jurista, parlamentar e diplomata.

A Garrett ficou a dever-se a criação do Conservatório de Arte Dramática, a fundação de um teatro «modelo» - o D. Maria - e o lançamento de medidas visando a produção portuguesa de peças dramáticas representáveis. Com essa finalidade renovadora escreveu em 1838 «Um Auto de Gil Vicente», que foi um êxito na época.

De acordo com Antonino Solmer, a programação do Teatro Nacional em 1999 incluirá a apresentação de três peças do autor de «Viagens na Minha Terra», com estreia marcada para Fevereiro.

Uma ainda está por definir, as restantes são reposições com algumas características inovadoras das obras «Falar Verdade a Mentiri» e «A Sobrinha do Marquês».

ADMINISTRAÇÃO INTERNA

Florestas

### PREVENÇÃO DE FOGOS COM TRÊS MILHÕES EM 99

O Governo vai gastar, em 1999, em acções de prevenção de fogos florestais, cerca de três milhões de contos, disse, no dia 19, em Fátima, o secretário de Estado adjunto do ministro da Administração Interna.

Armando Vara sublinhou que «o Orçamento de Estado para o próximo ano prevê um aumento de 20 por cento nas verbas para a prevenção», o que permitirá «apostar mais em programas como a construção de acessos ou pontos de água» e reformular o programa de limpeza de matas.

Esta limpeza, segundo o secretário de Estado, deverá ser feita durante todo o ano, envolvendo não apenas autarquias, mas também a iniciativa privada, tendo em conta a entrada em funcionamento, em Maio de 1999, em Mortágua, de uma central de biomassa.

Para Vara, este investimento na prevenção dos fogos florestais é apenas parte da acção do Executivo no domínio da preservação da floresta portuguesa.

«Já fizemos aprovar a Lei de Bases do Ordenamento Florestal, está a circular o Plano Estratégico da Floresta Portuguesa e está pronta para aprovação a legislação que cria os planos regionais de ordenamento florestal e os planos de gestão florestal», disse o governante, advertindo, porém, que «a floresta, do ponto de vista estrutural, leva 30 anos a mudar».

Entretanto, até ao final do ano, o Governo espera receber os resultados do um estudo encomendado à Universidade do Minho e à Polícia Judiciária sobre as causas dos incêndios florestais em Portugal.

Armando Vara, que participou durante toda a manhã de segunda-feira nos trabalhos das II Jornadas Nacionais do Projecto de Sensibilização da População Escolar (Prosepe), apelou aos professores inscritos para que «ajudem a formar cidadãos conscientes dos seus direitos e dos seus deveres», e que dediquem particular atenção ao problema das florestas.

EMPREGO

Apoios para desemprego de longa duração

## BATALHA DA FORMAÇÃO CONTÍNUA

O desemprego de longa duração constitui um dos principais problemas que têm de ser contemplados nas políticas de emprego do Governo português, defendeu, no dia 16, em Setúbal, o secretário de Estado do Emprego e Formação Profissional, Paulo Pedroso.

No discurso que proferiu durante a sessão de encerramento do seminário promovido pelo CEFOSAP (Centro de Formação Sindical e Aperfeiçoamento Profissional), afec-to à UGT, Paulo Pedroso não escondeu as preocupações com o desemprego de longa duração, que considerou uma das prioridades para qualquer política nacional de emprego.

O governante disse que «o desemprego de longa duração é o maior problema para Portugal», acrescentando que «muitos desses desempregados se encontram em situações de exclusão social, devido ao baixo nível de protecção social que caracteriza o nosso país».

Sem esconder que se trata de uma tarefa difícil que terá de mobilizar não só o Executivo, mas também toda a sociedade portuguesa, Paulo Pedroso defendeu a necessidade de um grande empenhamento do IIEFP (Instituto do Emprego e Formação Profissional), através dos Centros de Formação, nesse grande desígnio nacional de combate ao desemprego de longa duração, até porque se trata de um fenómeno que afecta particularmente os trabalhado-



res com menos qualificações profissionais. O secretário de Estado explicou a situação actual do mercado de trabalho com «al-trosos estruturais acumulados» e procurou evidenciar que não se trata de um problema que afecte apenas uma geração prestes a deixar a vida activa, ilustrando esta afirmação com dados comparativos sobre o mercado de trabalho em Portugal, Espanha e outros países da União Europeia.

Segundo Paulo Pedroso, «76 por cento dos trabalhadores portugueses têm apenas formação ao nível do Ensino Básico, enquanto que na Espanha esses número é de 64 por cento e noutros países da União Europeia apenas de 20 por cento».

O governante não perdeu a oportunidade de alertar para a possibilidade de Portugal enfrentar graves problemas se não conseguir inverter esta realidade.

Paulo Pedroso referiu também que os Centros de Formação têm uma grande responsabilidade na prossecução desse objectivo nacional, que consiste numa «batalha de formação contínua», de forma a preparar melhor os portugueses para o mercado de trabalho, até porque, «ao contrário do que acontece noutros países da União Europeia, ainda há zonas do País em que o salário não tira a família de um estado de pobreza».

Por outro lado, o secretário de Estado defendeu ainda a necessidade do IIEFP fazer tudo o que for possível no sentido de evitar que os desempregados se transformem em desempregados de longa duração, ao mesmo tempo que se mostrava convicto da necessidade de uma reflexão para que se encontrem medidas capazes de proporcionar o regresso ao trabalho de muitos desempregados de longa duração.

Na intervenção que proferiu em Setúbal, o responsável pelo Emprego e Formação Profissional mostrou algumas reservas sobre a atitude da UE na definição de uma verdadeira política de emprego para toda a Europa.

Paulo Pedroso deixou, no entanto, a ideia de que, se for capaz de dedicar a mesma atenção às questões orçamentais, à moeda única e ao emprego, a Comissão Europeia estará a dar um passo para a construção de uma Europa com mais coesão económica e social, com mais emprego e com mais solidariedade.

JUSTIÇA

Diplomas sobre menores

## PREVENÇÃO DA DELINQUÊNCIA

O ministro da Justiça, Vera Jardim, anunciou, na passada sexta-feira, dia 16, a conclusão para breve de «dois grandes diplomas» sobre menores que, no seu entender, ajudam na prevenção da criminalidade. Vera Jardim falava num seminário sobre inserção socioprofissional de delinquentes, para especialistas nacionais e estrangeiros, que co-abriu, em Lisboa, com o ministro do Trabalho e da Solidariedade, Ferro Rodrigues.

O titular da pasta da Justiça, que falou de improviso, não revelou pormenores sobre os diplomas, anunciando apenas que um estabelece o regime de protecção de menores e o outro o regime de tutela.

Para o titular da pasta da Justiça, estes dois diplomas inserem-se no programa governamental de prevenção da criminalidade, criando apoios a jovens em situação de risco.

Vera Jardim abordou também a questão da inserção social, tendo-se declarado «muito impressionado» com um programa de televisão sobre prisões onde um recluso se manifestou «com medo» de «enfrentar a liberdade».

«O Governo está sempre descontente nesta

matéria e nada há pior, de frustrante, que um recluso, à saída, defronte um mundo hostil e, para muitos, desconhecido, sem apoios de ninguém», disse, salientando que é obrigação do Estado «preencher cada vez mais, com espaços de liberdade, o tempo entre a reclusão e a cidade».

O ministro do Trabalho e da Solidariedade, Ferro Rodrigues, num discurso escrito, elaborado, dissertou sobre a integração socioprofissional do delinvente como «factor determinante» no combate à reincidência.

Anunciou também a celebração de um protocolo entre o Instituto de Emprego e Formação Profissional e o Instituto de Reinserção Social, já assinado, que envolve cerca de 230 jovens de três colégios de Vila do Conde, Porto e Vila Nova de Gaia.

«A maioria destes jovens, menores, vítimas de exclusão ou sujeitos a medidas judiciais, vão este ano lectivo poder participar no novo Programa de Ocupação dos Tempos Livres, beneficiando assim de actividades ocupacionais, cuja intenção primeira reside na prevenção da delinquência», explicou.

ECONOMIA

Ministério e bancos cooperam

## CRÉDITO PARA PME PREPARA CHEGADA DO EURO

A preparação das Pequenas e Médias Empresas (PME) para a introdução do euro levou o Ministério da Economia e várias bancos a assinarem um protocolo para a cooperação numa série de iniciativas informativas e no lançamento de créditos e *leasings*.

O crédito «euro PME», que visa o financiamento para a preparação para a moeda única - nomeadamente aquisição de equipamentos informáticos -, terá um montante mínimo de 500 contos (ou o equivalente em euros), com um prazo de três anos. Este empréstimo será indexado à Lisboa ou Eurobor a três meses mais até 4 pontos percentuais.

O período de carência terá um máximo de seis meses, sendo as prestações de capital no montante mínimo de 150 contos.

Nos contratos de *leasing* o objectivo é financiar as mesmas aplicações, sendo os prazos, no mínimo, de 18 meses e, no máximo, de 36 meses.

As rendas, que serão antecipadas ou postergadas, terão uma periodicidade mensal ou trimestral. O valor residual dos

contratos será de 2 por cento.

Para além destes sistemas de financiamento, Caixa Geral de Depósitos, BPI, BCP, BES, Banco Mello, Banco Pinto & Sotto Mayor, BPA e Caixa Central de Crédito Agrícola Mútuo firmaram, na passada segunda-feira, dia 12, com o Ministério da Economia, um protocolo que visa, também, a realização de seminários informativos promovidos pela Comissão Euro Empresas. Este ciclo de seminários iniciou-se ontem, em Setúbal, seguindo depois para todo o País, até Julho de 1999.

As instituições bancárias asseguram a colaboração em cinco sessões através de oradores, documentação técnica e divulgação de condições preferenciais de concessão de crédito e *leasing*.

As sessões de esclarecimento abordam temas como os problemas e soluções contabilísticas, as mudanças e adaptação dos sistemas de informação, o funcionamento do sistema bancário e os aspectos práticos da introdução do euro, bem como as implicações da moeda única sobre as estratégias das empresas.



## Albufeira

### Mais um jardim-de-infância

A Câmara Municipal de Albufeira, reunida no dia 13, deliberou abrir concurso público com vista à adjudicação da empreitada de construção do jardim-de-infância dos Caliços.



A empreitada, com um preço-base na ordem dos 83 mil contos, tem um prazo de execução de 10 meses.

## Amadora

### IX Festival de Banda Desenhada

Numa organização da Câmara Municipal, o IX Festival de Banda Desenhada da Amadora arranca hoje dia 23 e estende-se por toda a cidade.

Ainda mais atractivo e descentralizado, o certame que decorrerá de hoje, dia 23, a 8 de Novembro, com quartel-general numa Fábrica da Cultura renovada, procurará atingir vários públicos, do mais ao menos especializado.

Destaque para uma grande retrospectiva de Spiro e para um cibercafé, para além de numerosas e diversificadas exposições e galerias de vendas de originais.

## Anjos

### Culturranjos

O espaço «Culturranjos» celebra em Novembro o seu primeiro aniversário. Representando uma mais-valia para a Freguesia dos Anjos, quer do ponto de vista patrimonial quer do ponto de vista cultural, este espaço teve na sua concepção, criação e concretização muito da determinação, empenho e capacidade do presidente da autarquia, o socialista Artur Silva Dias.

Assim, neste contexto, a Assembleia de Freguesia aprovou, no dia 28 de Setembro, uma moção de reconhecimento ao presidente Artur Silva Dias pelo seu papel relevante na criação do espaço «Culturranjos».

A moção subscrita pelo PS, contou com o apoio do PSD e do CDS/PP e a abstenção, pasme-se, do PCP, que curiosamente é o parceiro de coligação do PS.

## Ferreira do Alentejo

### Aldeias com melhores acessos

A Câmara Municipal de Ferreira do Alentejo, presidida pelo socialista Luís Ameixa, com o objectivo de melhorar as acessibilidades no concelho, tem vindo a realizar vários investimentos nesta área.

Destaque para a já concluída estrada municipal que liga Alfundão a Alvito, orçada em cerca de 32 mil contos e que permite um acesso mais rápido ao concelho vizinho.

Concluídos estão também o caminho municipal que faz a ligação Peroguarda/Beringel, uma aspiração antiga dos habitantes de Peroguarda e também de Alfundão, cujo custo rondou os 47 mil contos; o caminho municipal entre Alfundão e Odivelas, no valor de 777 mil contos e a ponte sobre a Ribeira do Vale D' Ouro, onde foram gastos 33 mil contos.

A estrada que serve Abegoaria, Gasparões e Rouquenho foi a obra de maior vulto financeiro realizada pela autarquia, mas, igualmente, se devem referir a variante em Peroguarda e a repavimentação das estradas que ligam Rouquenho a Olhas, Aldeia de Ruínas a Fortes e Figueira de Cavaleiros a Odivelas.

Com a realização destas obras a preocupação do Executivo camarário presidido pelo socialista Luís Ameixa foi a de melhorar a rede viária do concelho aproximando as populações.

## Loulé

### Observatório dos Oceanos

O presidente da Câmara Municipal de Loulé, Joaquim Vairinhos, defendeu a criação no Algarve de um Observatório Mundial para os Assuntos Oceânicos.

Esta posição surge na sequência das recomendações da Comissão Mundial Independente para os Oceanos, presidida por Mário Soares, que apontavam para a criação daquele organismo, de um Fórum Mundial para os Assuntos Oceânicos e da figura do Guardiã dos Oceanos.

### Apoio ao Clube Hípico

A Câmara de Loulé aprovou a celebração de um contrato-programa com o Clube Hípico de Loulé, no âmbito do apoio técnico e financeiro prestado ao desenvolvimento de infra-estruturas do concelho.

O acordo prevê um investimento de 6 mil contos por parte da autarquia, durante este ano, para a construção da cobertura do «picadeiro» do clube, bem como às suas actividades desportivas.

## Monchique

### Geminação com Ribeira Grande

A Câmara Municipal de Monchique assinou um protocolo de geminação com Ribeira Grande (Cabo Verde) visando «colaborar solidariamente para o bem-estar dos seus cidadãos e para o desenvolvimento das suas relações».

A colaboração entre aos dois municípios deverá incluir a celebração de convenções com entidades públicas e privadas das suas áreas de influência nos domínios do ensino e formação profissional, cultura, desporto, turismo e protecção civil.



## Olhão

### Câmara diz sim à regionalização

Em moção aprovada por unanimidade, a Câmara Municipal de Olhão expressou o seu apoio à regionalização, considerando-a um «processo fundamental para a reforma da administração pública e indispensável para o desenvolvimento regional».

No documento aprovado, a autarquia apela aos municípios para que participem massivamente no referendo de 8 de Novembro.

## Ovar

### Novos equipamentos sociais

A Câmara Municipal de Ovar comemorou o Dia Mundial de Erradicação da Pobreza em Esmoriz com a inauguração de novos equipamentos sociais.

No dia 17, na sede do Projecto de Desenvolvimento Integrado do Bairro Piscatório da Praia de Esmoriz, foi inaugurado um novo espaço para as actividades lúdicas e de apoio ao estudo, destinado aos jovens e crianças dos bairros piscatórios de Esmoriz e Cortegaça.



Procedeu-se igualmente ao lançamento de um desdobrável informativo e pedagógico e de uma exposição sobre o trabalho desenvolvido, durante este ano, pela equipa

do Projecto de Luta Contra a Pobreza, provido pela autarquia de Ovar em parceria com várias instituições locais, serviços públicos e ministérios.

## Porto

### Empreendimento cooperativo em Aldoar

No passado dia 10, o presidente da Câmara do Porto, Fernando Gomes, acompanhado dos vereadores do Urbanismo e Habitação, visitou em Aldoar, na Rua Moçambique, 96 novos fogos de construção cooperativa.



Estes fogos, que se distinguem pela sua grande qualidade, foram construídos pela SACHE e pela CETA, cooperativas com diversos empreendimentos, nomeadamente em Aldoar.

## Sintra

### Silence 4 nas «Aguarelas de Aqualva 98»

No passado dia 16, o Silence 4, uma banda portuguesa de grande qualidade, actuou na Escola Secundária Ferreira Dias, no Cacém.

Este espectáculo inseriu-se no âmbito do programa de animação da II Mostra das Associações e Colectividades de Aqualva-Cacém, «Aguarelas de Aqualva 98», com entrada livre, que decorreu de 16 a 18 de Outubro.

Esta mostra, da responsabilidade da Câmara Municipal de Sintra, teve como principal objectivo divulgar junto da população o trabalho desenvolvido ao longo do ano pelo Projecto de Reabilitação Urbana de Aqualva. Tratando-se de um dos mais ambiciosos projectos de recuperação até hoje lançados em Portugal, tem contado com o apoio e colaboração das associações e colectividades locais, que estiveram presentes, dando a conhecer igualmente à população o seu âmbito de actividade.

### Jogo didáctico sobre alimentação

No âmbito da comemoração do Dia Mundial da Alimentação, a Câmara Municipal de Sintra assinalou esta data com a distribuição no dia 16, em todas as escolas básicas do 1º ciclo do concelho, de um jogo didáctico, «A Glória da Alimentação», visando a sensibilização dos pequenos alunos para esta importante temática.

## PS EM MOVIMENTO

### ALEMANHA

#### Comunicado da Federação

A convite da Federação da Alemanha do PS, o secretário nacional para a Emigração e deputado à Assembleia da República, pelo círculo da Europa, camarada Carlos Valente, estará de 24 a 24 na República Federal da Alemanha, nas cidades de Osnabruk, Dortmund e Bona, para contactar com a comunidade portuguesa radicada naquele país.

O camarada Carlos Valente manterá também contactos com organismos e instituições oficiais alemãs e portuguesas, várias colectividades portuguesas na Alemanha e reunirá-se ainda com as estruturas locais do PS na RFA.

### ALMIRANTE REIS

#### Seguro na reunião de militantes

O camarada António José Seguro esteve presente na passada terça-feira, dia 20, na reunião de militantes da Secção do PS de Almirante Reis, no âmbito da pré-campanha do referendo sobre a regionalização.

### BEIRA LITORAL

#### Convenção Regional

O Grande Hotel das Termas do Luso vai ser palco, no dia 24, da Convenção Regional do PS da Beira Litoral.

O camarada Ferro Rodrigues, secretário nacional do PS, presidirá à sessão de abertura. Por seu turno, o camarada Jorge Coelho, secretário nacional do PS, presidirá à sessão de encerramento.

A Convenção Regional da Beira Litoral é aberta a todos os socialistas e independentes dos distritos de Aveiro, Coimbra e Viseu, bem como dos concelhos de Castanheira de Pera, Figueiró dos Vinhos e Pedrógão Grande, do distrito de Leiria.

### BEJA

#### Faleceu Armando Manso

O camarada Armando Lopes Manso, 87 anos, ex-governador civil de Beja e actual dirigente do PS, faleceu no dia 20, vítima de doença súbita, no Hospital Distrital bejense.

Tanto o velório, como o funeral que se realizou no dia 22, tiveram lugar em Moura, cidade de que foi presidente da Câmara entre 1977 e 1978, até decidir abandonar a fim de ocupar o lugar de governador civil do distrito, em 1980.

Defensor acérrimo do projecto de Alqueva, desde que as primeiras obras foram iniciadas, e da regionalização, que defendeu toda a sua vida, o camarada Armando Manso teve sempre uma intensa actividade política na região, sendo várias vezes, durante a década de 80, vereador na autarquia de Moura.

Aos camaradas de Beja e à família enlutada, o «Acção Socialista», órgão oficial do PS, apresenta as mais sentidas condolências.

### COIMBRA

#### Fausto Correia desvaloriza sondagem

O camarada Fausto Correia, líder da Federação de Coimbra do PS, desvalorizou uma sondagem que aponta para a vitória do «não» na Beira Litoral no referendo do próximo dia 8 de Novembro, sublinhando que «só é derrotado quem desiste de lutar».

Segundo salientou o líder dos socialistas de Coimbra, «os actuais indicadores são importantes, mas o PS só agora vai passar à fase concreta da campanha para a instituição em concreto das regiões administrativas».

Fausto Correia prova uma vez mais ser um grande líder do PS/Coimbra, uma estrutura desde sempre caracterizada por uma forte dinâmica.

### ENTRE DOURO E MINHO

#### Congresso Regional da JS

Realiza-se no próximo sábado, dia 24, o Congresso Regional da JS da Região de Entre Douro e Minho.

«Os municípios e a regionalização» e «As regiões no quadro da União Europeia» são aos painéis em debate.

Destaque para as presenças, entre outros, dos eurodeputados Fernando Moniz e Carlos Lage, e do presidente da Câmara do Porto, Fernando Gomes, que encerrará esta reunião magna dos jovens socialistas.

### LOULÉ

#### Comunicado da Concelhia

A Comissão Política Concelhia do PS/Loulé reunida para analisar a proposta de estudo prévio e, designadamente, o estudo de impacte ambiental para a construção da Auto-Estrada do Sul, Lanço Almodôvar/Via Longitudinal do Algarve (VLA), sublinha que «a conclusão da Auto-Estrada do Sul (A2) é, desde há muito, uma necessidade absoluta para o

Algarve, pelo que o seu adiamento seria lesivo dos interesses dos naturais e residentes da região».

Num comunicado, os socialistas de Loulé consideram que «o impacto económico e social da conclusão da A2 será, para toda a região do Algarve, inquestionavelmente positivo».

O PS/Loulé refere que os estudos de impacte ambiental tornados públicos permitem concluir que «não existe nenhum traçado, dos quatro propostos, ou de outros que se queiram ainda, eventualmente, equacionar, que não tenha consequências para o ambiente natural, sendo que, qualquer escolha será sempre optar por uma solução, em princípio, menos má».

Neste contexto, a Comissão Política Concelhia do PS de Loulé «manifesta a sua opção pelo Traçado Potente».

Entre outras razões, os socialistas de Loulé referem que o Traçado Poente «garante a ligação rodoviária à Via Longitudinal do Algarve numa zona estrategicamente central do Algarve, próxima do Aeroporto Internacional de Faro», bem como «permite um afastamento razoável da cidade de Loulé, 3 km para Poente, de modo a não comprometer a futura expansão do perímetro urbano da cidade».

De todas as propostas presentes, os socialistas de Loulé consideram que o Traçado Poente «é o que menos interfere com áreas edificadas e que, portanto, menos consequências sociais terá».

### MADEIRA

#### Gouveia critica líderes socialistas

João Carlos Gouveia criticou recentemente, numa conferência de Imprensa, o fundador do PS, Mário Soares, referência moral e cívica de todos os socialistas, e ainda figuras ímpares do socialismo europeu e mundial como François Mitterrand, Papandreu e Felipe González.

Mas este dirigente do PS/Madeira - primeiro subscritor da única moção até agora apresentada ao próximo congresso regional dos socialistas madeirenses - não se fica por aqui e preconiza ainda uma nova Internacional Socialista fora daquilo a que chama «paradigma marxista».

Perfilando-se como candidato a líder do PS/Madeira, João Carlos Gouveia, na conferência de Imprensa subordinada ao tema «O socialismo democrático e a social-democracia na União Europeia - de António Guterres a Gerard Schroeder», afirma que a necessidade de um «novo Marx» é um «embuste colossal», numa alusão à recente afirmação do camarada Mário Soares que defendeu, perante o aplauso de grandes personalidades da esquerda democrática, a necessidade de haver no momento actual um novo Marx capaz de analisar exaustiva e criticamente a segunda revolução capitalista em curso.

Grandes estadistas e figuras de referência do socialismo democrático europeu como Felipe González, François Mitterrand e Papandreu são também alvo das críticas de João Carlos Gouveia.

«Pensar num novo socialismo e numa nova internacional fora do paradigma marxista e deitar por terra uma visão napoleónica e tentacular do poder muito próxima dos Mitterrands, dos Bettinos Craxis, dos Papandreus e muita boa gente ligada a Felipe González», é o que propõe João Carlos Gouveia.

Este dirigente do «Novo PS» salientou ainda na sua intervenção partilhar dos ideais do secretário-geral do PS, António Guterres, e que os subscritores da sua moção «estão no mesmo comprimento de onda da maioria dos líderes socialistas e sociais-democratas da União Europeia».

Este candidato a líder do PS-Madeira afirma ainda que os partidos socialistas europeus padecem ainda de «um certo centralismo democrático residual», facto que diz não corresponder «às nossas propostas de mudanças estatutárias».

Ao contrário da visão clássica dos partidos, este filiado no PS preconiza que «em vez de um partido de camaradas arrebanhados por um aparelho otário e perverso, queremos um partido em que os militantes pensam, sabem o que fazem e sabem o que querem».

### OLHÃO

#### Assembleia Geral de Militantes

Reunida no passado dia 17, a Assembleia Geral de Militantes da Secção de Olhão do PS deliberou por unanimidade e aclamação um voto de congratulação pela nomeação do camarada José Apolinário, para o cargo de secretário de Estado das Pescas.

## REUNIÃO DA COMISSÃO POLÍTICA NACIONAL

Realiza-se no próximo dia 26, pelas 18 horas, na sede nacional do Largo do Rato, uma reunião conjunta da Comissão Política Nacional com os presidentes de Federação.

Da ordem de trabalhos constam os seguintes pontos: marcação da data do Congresso e aprovação do regulamento do XI Congresso Nacional; eleição da Comissão Organizadora do Congresso (COC); e análise da situação política.

EUA

Manuel Alegre



## RYAN E NÓS

**I**ndignei-me muitas vezes com a política imperialista dos Estados Unidos.

Andei nas manifestações contra os bombardeamentos no Vietname. Protestei contra o envolvimento da CIA no golpe de Estado do Chile e no assassinio de Che Guevara. Insurgi-me contra o apoio indiscriminado a regimes ditatoriais, desde os ibéricos aos da Ásia e da América Latina. Nunca compreendi porque razão a América, que fez a primeira revolução e a primeira luta de libertação da era moderna, se comprometeu por toda a parte, a pretexto da guerra fria, com guerras sujas e com intoleráveis regimes de opressão. Mais recentemente, chocou-me a insensibilidade com que, depois da implosão da União Soviética, tem tratado o regime russo. Assim como a globalização entendida, no dizer de um dos seus eminentes jornalistas, como «escolha ideológica da América». Ou o facto de, como escreveu o próprio Henry Kissinger, pela primeira vez na História um país pretender impor os seus valores a toda a humanidade. Aqui mesmo, nestas páginas, verberei o

renascimento do macarthismo através do espírito inquisitorial do procurador Starr. E continuo a subscrever abaixo-assinados contra um infame bloqueio que, mais do que o regime cubano, atinge todo o povo. Por isso estou à vontade para confessar que vi com lágrimas nos olhos o último filme de Spielberg, apesar de, em parte, não escapar a um certo convencionalismo e de nele se enxertarem, numa espécie de intertextualidade hollywoodiana, outros filmes, como *Álamo* e *Os Sete Magníficos*. Há, no entanto, dois momentos que ficarão na história do cinema: o do desembarque em Omaha Beach, a mais extraordinária reconstituição da guerra em toda a sua verdade de horror e morte; o episódio em que a mãe, vendo aproximar-se uma viatura militar, percebe o que lhe vêm dizer e caminha para a porta, filmada de costas, até as pernas se lhe dobrarem e ela cair, como se escoregasse para dentro de si mesma. Mas eu confesso que até mesmo as cenas convencionais me tocaram fundo. Comovi-me com o general Marshall a ler aos seus colaboradores uma carta escrita por Abraão Lincoln a uma mãe que tinha per-

dido cinco filhos «no altar da liberdade». E com a serena determinação com que decide recuperar o soldado Ryan, largado atrás das linhas alemãs, para o restituir à mãe, a quem tivera de anunciar a morte de três filhos. Revivi o massacre dos soldados desembarcados na praia de Omaha. E então lembrei-me do sacrifício das centenas de milhar de jovens americanos que vieram do outro lado do mar para morrer pela liberdade da Velha Europa. Com a mesma simplicidade com que alguns deles partiram em busca do soldado Ryan. Por valores elementares, sem os quais a vida não tem sentido. E esse é o outro lado da América, a sua grandeza e a sua força. Ryan é uma metáfora. Ryan somos nós. Quando o capitão, magistralmente interpretado por Tom Hanks, lhe pede ao ouvido «Vê se fazes por merecer isto», é para todos nós que está a falar. Para todos os europeus que devem ao sangue de milhares de soldados americanos a sua liberdade de agora. E também para os seus próprios concidadãos. Para que não se esqueçam nem desmereçam. Para que saibamos todos merecer os que morreram pelo sol-

dado Ryan, por nós, pelo futuro da Europa, da América e do mundo, pela liberdade e dignidade do homem.

E não pude deixar de pensar que, sempre que ressurge um símbolo nazi, aqueles soldados estão a ser mortos outra vez. Sempre que se pretende rever a História e subverter a memória está a cometer-se o pior de todos os crimes, que é o de tirar sentido à morte daqueles homens. Quando Le Pen afirma e reafirma que as câmaras de gás nazis são «um simples detalhe da II Guerra Mundial» está a matar aqueles soldados outra vez. E quando, por distração, omissão ou má consciência, permitimos o triunfo do revisionismo e do esquecimento, nós não estamos a merecer aqueles que por nós vieram morrer nos campos de batalha da Europa. Por isso, quando o capitão se dirige a Ryan, é toda a Europa e a própria América que está a interpellar. «Vê se fazes por merecer isto.» É o que cada um de nós tem obrigação de dizer a si mesmo. Porque Ryan é o nosso nome. E os que morreram por ele foi por nós que morreram.

In «Expresso»

NOVAS IDEIAS

Carlos Zorrinho



## A SEGUNDA VIA

**U**m artigo global de Tony Blair colocou na agenda política com grande sentido de oportunidade, a discussão sobre novas ideias e novas metodologias de intervenção, sobre a capa de um velho conceito – o conceito da terceira via.

A terceira via «blairiana» não é mais do que uma manifestação visível dum processo bem mais alargado e polifacetado de refundação da esquerda moderna e da dinâmica de nascimento da nova esquerda. Uma nova esquerda que em meu entender não é uma terceira via entre o socialismo científico e o liberalismo empírico, nem entre as suas versões mais ou menos modernas, mas antes uma segunda via para intervir na sociedade globalizada em que vivemos.

Dizer como muitos dizem que a globalização é uma ideologia, representa em certa medida uma capitulação ideoló-

gica em relação a esse processo inexorável. No meu ponto de vista a globalização não é uma ideologia, mas sim um contexto ideológico que gerou uma doutrina global cujas consequências menos positivas todos conhecemos – concentração de riqueza, aumento da exclusão, instabilidade social e económica, desemprego e renascimento de extremismos e fundamentalismos.

O desafio central da nova esquerda emergente é a capacidade de conceber e aplicar um modelo alternativo e gerar uma doutrina global que tirando partido das novas tecnologias a acessibilidades, desenvolva um sistema mundial de troca e cooperação mais sustentado, solidário e estável. Não se trata de uma proposta de rotura com os valores, mas sim de rotura com o contexto de aplicação desses valores, actualização de pressupostos e condicionantes e reformulação de escalas

de análise e acção.

Se dúvidas ainda subsistissem sobre a irracionalidade alienante da globalização selvagem, a demonstração da insanidade colectiva que assolou a finança internacional e o mais emblemático centro de poder global – a Casa Branca e a sua panóplia de órgãos de controlo «democrático» – ter-se-iam encarregado de as esbater totalmente.

Um modelo global alternativo tem que se fundar na cooperação e não na submissão, na dissimulação das fontes do poder e não na sua concentração, na valorização do indivíduo enquanto protagonista da história e não apenas como figurante de encenações tecnocráticas, na diversificação das formas de organização social e não na sua desvitalização compulsiva, no triunfo da política e do político e não na sua subordinação à lógica económica e da livre circulação de capitais.

A ideia da terceira via foi uma pedrada no

charcol. Águas agitadas geram novos equilíbrios, novos protagonistas, novas erupções conceptuais, novas dinâmicas de transformação. Acredito que dessas dinâmicas possam emergir novos caminhos que ajudem a reencontrar a humanidade com valores e princípios universais libertando-a da bestialidade virtual que vai entorpecendo e encaminhando-a pela via alternativa do desenvolvimento sustentado, da cooperação solidária e da realização individual e colectiva.

A segunda via é uma via verde na auto-estrada da globalização. Não se peça ao condutor que dispõe duma auto-estrada que volte a circular pelos velhos e sinuosos caminhos de antanho. Poupe-se-lhe contudo o pagamento das novas portagens e peagens com que o feudalismo cibernético enxameou os novos territórios. E faça-se assim em nome da liberdade, da justiça e da solidariedade.



QUE SE PASSA

Maria João Rodrigues

**Festival de BD na Amadora**

A partir de amanhã preste atenção quando passear pelo município, pois poderá deparar-se com algumas ilustrações interessantes. O IX Festival Internacional de Banda Desenhada – Amadora'98 terá começado.

**Desporto em Angra do Heroísmo**

A Delegação do Inatel de Angra do Heroísmo promove, no domingo, dia 25, o Campeonato Juvenil Masculino de Ténis-de-Mesa.

**Conferências em Coimbra**

Hoje, será inaugurada a mostra de pintura de Mide Plácido. A exposição estará patente ao público, até ao dia 18 de Novembro, no Café-Galeria Almedina.

A Casa Municipal da Cultura alberga, até depois de amanhã, na Galeria do Átrio e do Jardim, as pinturas de Hiroshi Umezaki. Não perca esta última oportunidade de as apreciar de perto.

No dia 24, haverá mais uma conferência de Coimbra. Desta feita, «O Balanço do Século» far-se-á, a partir das 16 horas, «Sobre a Identidade Portuguesa».

Ainda no sábado poderá ir até à Praça Velha para participar em mais uma Feira de Velharias.

Um dia depois, no domingo, assista a mais uma iniciativa de carácter turístico. Trata-se de «À Mesa Com a Freguesia de Antuzede». O Ciclo de Quartas «Coimbra Jazz» regressa, no dia 28, com Chris Alexander, Bernardo Moreira, Carlo Morena e Aldo Caviglia.

**Cantares em Elvas**

Este sábado, dia 24, a delegação do Inatel de Elvas engalanar-se-á para ser palco do Festima'98 – Encontro de Cantadores de Sais, Fortios e de Fado/Flamenco.

**Conto em Fafe**

Prossigue, no que resta deste mês, o programa de animação da Biblioteca Municipal Calouste Gulbenkian, dirigido aos mais jovens leitores.

Na rubrica «Histórias com Imagem», que decorrem, às terças-feiras, às 10 e 30 e às 15 horas, é exibido filme «No Reino das Maravilhas» (dia 27).

No espaço de leitura de contos, às quintas-feiras, é apresentada (hoje) a história «O Dr. Lauro e o Dinossauro». As sessões decorrem a partir das 10 e 30 e das 15 horas.

Entretanto, não esqueça que estão em exposição, no corredor da Biblioteca Municipal, até amanhã, os trabalhos realizados no atelier de pintura por crianças e jovens.

**Feira em Faro**

A Feira de Santa Iria prossegue hoje, às 21 e 30, com a actuação do Rancho Folclórico e Etnográfico, na Junta de Freguesia de Estoi. Amanhã, o programa de animação da Feira reserva, às 18 horas e às 21 e 30, o espectá-

culo da Orquestra Alquímia. O fim-de-semana promete. No sábado a Orquestra Paraíso Show animará a assistência com dois concertos, um às 17 horas e o outro às 21 e 30.

A entrega dos prémios das regatas acontecerá às 22 e 30 e quando faltarem 15 minutos para a meia-noite não perca o espectáculo de fogo-de-artifício que a autarquia local lhe reservou.

No dia do encerramento da feira, o domingo, saiba que o Grupo de Cantares da Escola de São Luís actuará às 17 horas.

Volvidas quatro horas será a vez do Vário subir ao palco da Feira de Santa Iria.

**Jornadas em Guimarães**

Assista, hoje, pelas 21 e 45, à estreia do filme de Michael Haneke, no Auditório da Universidade do Minho.

No Cinema São Mamede a novidade chega amanhã com a premiere da fita «A Máscara de Zorro», cuja exibição se prolongará até ao final do mês.

Assim, amanhã e nos dias 26, 27, 28, 29, 30 e 31, as sessões acontecerão pelas 16 e 30 bem como às 21 e 45.

Durante o fim-de-semana (dias 24 e 25), a sessão da tarde começará uma hora mais cedo do que o habitual.

Entretanto, o 1º Mês de Teatro Amador prossegue no dia 23, amanhã, sexta-feira, pelas 21 e 30, com a peça «Os Infernos Já Chegaram», a cargo do Teatro de Ensaio Raul Brandão.

O Paço dos Duques de Bragança foi o cenário escolhido para as Jornadas Europeias do Património que começam amanhã e se prolongam pelo fim-de-semana.

**Cinema em Lisboa**

Por ocasião do 150º aniversário do nascimento de Hubert Parry, a Sinfonietta de Lisboa realiza um concerto em sua homenagem, hoje, pelas 21 e 30, no Grande Auditório do Centro Cultural de Belém.

Amanhã, sexta-feira estreia nas salas de cinema lisboetas o filme mas recente de Martin Campbell, com António Banderas, Anthony Hopkins e Catherine Zeta-Jones nos principais papéis. Trata-se de «A Máscara do Zorro».

Também amanhã vá até ao Teatro Municipal Maria Matos e assista, a partir das 21 e 30, a um espectáculo de bailado a cargo do Grupo Gestos e de Alexandra Rei.

No sábado, a Bedeteca será o recinto de acolhimento do I Encontro Nacional de Ilustradores. Este evento insere-se na iniciativa «Salão de Lisboa – Ilustração e Banda Desenhada'98».

Na Culturanhos, a pintora austríaca Brigitte Haid terá patente ao público, até ao final do mês, uma exposição dos seus mais recentes trabalhos.

A mostra será inaugurada no dia 24, pelas 15 e 30 e poderá ser visitada, de segunda a sexta-feira das 17 horas às 19 e 30, bem como aos sábados, entre as 15 e as 18 horas.

**Vidro na Marinha Grande**

Integrado no programa das comemorações do 250 anos da indústria do vidro da Marinha

Grande, a Câmara Municipal promove a partir de hoje e até ao domingo, dia 25, um ciclo de cinema denominado «O Vidro no Cinema». «Coração de Cristal» (hoje, 21 e 30), «Algemas de Cristal» (amanhã, 21 e 30), «O Garoto de Charlot» (sábado, 21 e 30) e «Cinderela» (domingo, 15 horas) são as películas a serem exibidas no Cine-Teatro Stephens.

**Recital no Porto**

Volker Banfield, pianista privilegiado de Ligeti, a quem o compositor dedicou vários estudos, inaugura, no sábado, dia 24, às 21 e 30, na Casa das Artes, a temporada musical da Fundação Serralves.

Este «Ciclo Ligeti 3» inclui obras de György Ligeti e de Olivier Messiaen.

**Trajes em São Brás de Alportel**

A exposição anual do traje algarvio espera por si na delegação do Inatel de São Brás de Alportel, até ao dia 31.

**Filmes em Valença**

O espaço recreativo «A Hora do Conto» reserva para as crianças a história de «A Rosa Azul». O evento realizar-se-á às 16 e 30 de amanhã, na Biblioteca Municipal.

No que à Sétima Arte diz respeito, saiba que o Cine-Ibéria exhibe, a partir de amanhã e até à terça-feira, dia 27, um filme de Roland Emmerich, «Godzilla», com Matthew Broderick, Jean Reno e Maria Ptillo nos principais papéis.

No dia 28 poderá assistir na companhia dos mais pequenos, à sessão de vídeo da Biblioteca Municipal, cuja sala de projecções foi reservada, a partir das 16 e 30, para assistir à fita «As Viagens de Cadylon». Até à próxima quarta-feira poderá ir visitar a Feira Semanal de Valença.

**Dança em Vila Real de Santo António**

No sábado, dia 24, às 21 e 30, o Centro Cultural será palco de um espectáculo de dança contemporânea.

Concerto  
P H A F E  
SILENCE 4  
23 de Outubro, 21h30  
Pavilhão Desportivo Francisco de Holanda Guimarães

SUGESTÃO

**ROBERTO ZUCCO**

Roberto Zucco é o personagem teatral responsável pela morte de quatro pessoas, entre as quais uma criança. Mas, o encenador Armel Roussel não explora estes acontecimentos de forma gratuita e despropositada, desenvolvendo uma análise inquietante, penetrante e ousada sobre o lugar do sujeito num mundo à deriva.

Esta é a sugestão proposta pela Kulturgest para amanhã e para o sábado, dia 24, às 21 e 30, no seu Grande Auditório, com uma representação a cargo da Companhia ASBL Utopia. Trata-se, pois, de uma tentativa de reflexão que não opta mecanicamente pela condenação da figura central.

«Roberto Zucco» é nada mais e nada menos do que um dos grandes textos de teatro deste século, cuja encenação está sob a responsabilidade e criatividade do inovador belga e discípulo de Reza Abdoh, Armel Roussel.

Comparada com a maioria das outras encenações da última peça de Bernard-Marie Koltès (1988), a encenação de Roussel despe-se, constantemente, de realismo.

Teatro, dança, vídeo, filme e música fazem parte do universo encenado, levantando questões sobre a identidade e a sua perda.

Uma escolha tão radical permitiu a Armel Roussel propor uma nova leitura do texto «Roberto Zucco» ao mesmo tempo que o distancia, inteligentemente, das questões polémicas de ordem moral. Não perca este momento de teatro impar.

**POEMA DA SEMANA**

Seleção de Carlos Carranca

**Tabanca**

Noite de feitiço, ardente,  
Volúpia de batucada  
Mãe negra chora mansamente  
Em noite de Trovada.

Embalado menino negro  
Como já fora embalado  
E lembra sinhô ausente  
Que partiu sem dizer nada.

A chuva cai – nem a sentei  
E a vida, essa danada  
Que mata o peito da gente  
Da gente que não é nada  
Fica calada, indiferente  
Ao rumor da batucada.

Traz-me o meu sinhô ausente  
Chora a negra já cansada  
Quando a noite se fez dia  
Só se ouvia a passarada...

Luiz Goes  
Guinê 1965



## O NOSSO ORÇAMENTO E O NOVO GOVERNO ITALIANO

**A** subida de Massimo d' Alema à chefia do governo italiano marca o reforço do socialismo democrático no panorama político italiano. D' Alema é o líder dos Democratas de Esquerda, pilar essencial da coligação Oliveira, que tem governado a Itália, sob a chefia de Romano Prodi, desde as últimas eleições legislativas. Não dispondo a coligação Oliveira de maioria absoluta no Parlamento, a nova base de apoio governamental incluirá o grupo democrata-cristão de Cossiga e os comunistas de Cossuta que romperam com a Refundação Comunista. As óbvias dificuldades em organizar e manter esta plataforma testará o talento político do principal dirigente de uma das grandes formações do socialismo democrático europeu. Entretanto, em Portugal, após a apresentação do Orçamento para 99, desencadeou-se uma violenta campanha contra a área fiscal do último orçamento desta legislatura. Interessa então relembra que a Oposição de direita não tem

apresentado ao longo desta legislatura propostas relevantes no domínio fiscal e viabilizou, antes do Verão, pela abstenção, a autorização legislativa relativa à Lei Geral Tributária. Ora, segundo os dados disponíveis, todos os segmentos sociais mais carenciados são claramente beneficiados pelas novas medidas em termos de IRS. Igualmente, todos os sectores das classes médias da sociedade são genericamente beneficiados com as medidas propostas. Nalguns sectores dos grupos sociais mais abastados, em que determinados contribuintes têm feito elevadíssimas deduções pode haver contribuintes que eventualmente não beneficiem com o que é proposto. Em qualquer caso e em relação a casos controversos, dispondo nós de elementos que apontam para que genericamente as medidas em sede de IRS beneficiem a esmagadora maioria dos contribuintes, estamos no entanto abertos à aprovação de alterações que socialmente melhorem ainda mais as medidas propostas. É essa a real

política de diálogo do PS e, não apenas a tolerância de ouvir e sorrir. É essencialmente uma atitude de diálogo centrada sobre as questões económicas, políticas e sociais. A actual conjuntura político - parlamentar portuguesa torna difícil a aprovação de orientações políticas, mesmo as inseridas no Programa de Governo, a menos que algum grupo parlamentar de oposição as viabilize, pela abstenção ou pelo voto favorável. Em qualquer caso, importa esclarecer que neste Orçamento para 99, estaremos firmes na defesa de um Orçamento de crescimento económico, de solidariedade social, de justiça e equidade fiscal, de apoio ao investimento e de controlo da inflação. Qualquer alteração que nós aproveemos ou propunhamos terá que ser enquadrada nesta orientação global. Neste contexto, qualquer que seja a evolução, assumiremos as nossas responsabilidades políticas. Este Orçamento é determinante para a conclusão desta legislatura, no respeito pelos interesses do povo português.

«Não sei se o velho Galbraith terá razão, quando diz que já nem os capitalistas estão seguros do capitalismo, nem os socialistas do socialismo. Mas o mais absurdo será ver socialistas a tentar redimir o capitalismo.»

**Helena Roseta**  
Visão, 15 de Outubro

«A detenção de Pinochet seguiu as regras do direito internacional com base na acusação de crimes de genocídio, terrorismo e tortura. A História dirá que ele cometeu crimes contra a humanidade.»

**Alberto Martins**  
Diário de Notícias, 19 de Outubro

«Estou certo que o Estado de Direito internacional se aplicará a um ditador sanguinário como Pinochet.»

**Medeiros Ferreira**  
Diário de Notícias, 19 de Outubro

«Ele (Pinochet) é um dos grandes assassinos deste século.»

**Jeremy Corbyn**, deputado trabalhista britânico  
Público, 18 de Outubro

«Muito importante e ocasião única para que o general Pinochet responda pelas violações dos direitos do homem cometidas sob o seu regime.»

**Isabel Allende**, deputada socialista e filha do Presidente Salvador Allende  
Público, 18 de Outubro



Por favor remeter este cupão para:  
Portugal Socialista  
Avenida das Descobertas 17  
Restelo  
1400 Lisboa

Quero ser assinante do Portugal Socialista na modalidade que indico. Envio junto o valor da assinatura.	
Cheque	Vale de correio
6 meses	12 meses
Valor	\$

Nome \_\_\_\_\_  
Morada \_\_\_\_\_  
Localidade \_\_\_\_\_  
Código Postal \_\_\_\_\_

ASSINATURAS	6 MESES 2 NÚMEROS	12 MESES 4 NÚMEROS
Continente	500\$	800\$
Regiões Autónomas	700\$	1.200\$
Macau	1.300\$	2.400\$
Europa	1.500\$	2.900\$
Resto do Mundo	2.300\$	4.400\$

O valor das assinaturas de apoio é livremente fixado pelos assinantes a partir dos valores indicados.



Por favor remeter este cupão para:  
Acção Socialista  
Avenida das Descobertas 17  
Restelo  
1400 Lisboa

Quero ser assinante do Acção Socialista na modalidade que indico. Envio junto o valor da assinatura.	
Cheque	Vale de correio
6 meses	12 meses
Valor	\$

Nome \_\_\_\_\_  
Morada \_\_\_\_\_  
Localidade \_\_\_\_\_  
Código Postal \_\_\_\_\_

ASSINATURAS	6 MESES 26 NÚMEROS	12 MESES 52 NÚMEROS
Continente	1.650\$	3.250\$
Regiões Autónomas	2.400\$	4.600\$
Macau	4.600\$	9.100\$
Europa	5.500\$	10.800\$
Resto do Mundo	8.500\$	16.600\$

O valor das assinaturas de apoio é livremente fixado pelos assinantes a partir dos valores indicados.

Ficha Técnica

**Acção Socialista**  
Órgão Oficial do Partido Socialista  
Propriedade do Partido Socialista  
Director  
**Fernando de Sousa**  
Redacção  
**J.C. Castelo Branco**  
**Maria João Rodrigues**  
Colaboração  
**Rui Perdigão**  
Secretariado  
**Sandra Anjos**  
Paginação electrónica  
**Francisco Sandoval**  
Edição electrónica  
**Joaquim Soares**  
**José Raimundo**

**Redacção**  
Avenida das Descobertas 17  
Restelo  
1400 Lisboa  
Telefone 3021243 Fax 3021240  
**Administração e Expedição**  
Avenida das Descobertas 17  
Restelo  
1400 Lisboa  
Telefone 3021243 Fax 3021240  
**Toda a colaboração deve ser enviada para o endereço referido**  
Depósito legal N.º 21339/88; ISSN: 0871-102X  
**Impressão** Imprinter, Rua Sacadura Cabral 26, Dafundo  
1495 Lisboa **Distribuição** Vasp, Sociedade de Transportes e Distribuições, Lda., Complexo CREL, Bela Vista, Rua Táscoa 4.º, Massamá, 2745 Queluz